



Terramaia #9

Publicação semestral do Município da Maia

Edifício dos Paços do Concelho  
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho  
Maia

Propriedade  
Município da Maia  
revistaterramaia@cm-maia.pt

Edição  
Pelouro de Planeamento Territorial,  
Mobilidade e Transportes e Pelouro da  
Cultura

Diretor  
Mário Nuno Neves

Editor e Responsável Científico  
José Carlos Portugal

Coordenação Editorial  
Sofia Barreiros

Produção  
scopio EDITIONS

Consultor Editorial  
Pedro Leão Neto

Design  
Né Santelmo  
Artur Leão

Impressão  
Multiponto S.A.

agosto, 2026

ISSN 2184-6448  
ISBN 978-989-9259-15-7  
Dep. Legal - 465190/19  
Tiragem  
65.000 exemplares

(Legal) - Todos os direitos reservados. Nenhuma  
parte desta publicação pode ser reproduzida,  
copiada ou transmitida de qualquer forma ou  
por qualquer meio ou armazenada em qualquer  
sistema de armazenamento ou recuperação de  
informações sem a permissão por escrito do  
editor. Todas as fotografias apresentadas neste  
livro são © dos fotógrafos.

Os textos estão publicados respeitando as regras  
ortográficas adotadas por cada autor.

Autora - Ilustrações  
Carolina Barreiros  
p. 6, 15, 20

Autores - Textos  
Equipa municipal  
Eugénio Fonseca  
Gabriella Civico  
José Carlos Portugal  
Julie Park  
Mário Nuno Neves  
Rui Marques  
Teresa Ascensão

Capa  
Carolina Barreiros

|                                                                                                                      |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Nota de Abertura                                                                                                     |    |
| Maia: uma Comunidade onde todos contam                                                                               |    |
| António Domingos da Silva Tiago                                                                                      | 1  |
| Editorial                                                                                                            |    |
| Dignidade recíproca – ser voluntário                                                                                 |    |
| José Carlos Portugal                                                                                                 | 3  |
| O Centro Europeu do Voluntariado (CEV)                                                                               |    |
| Gabriella Civico                                                                                                     | 7  |
| Voluntariado: a vida como dom                                                                                        |    |
| Eugénio Fonseca                                                                                                      | 14 |
| A Geografia da Solidariedade: Uma Visão abrangente sobre o Voluntariado                                              |    |
| Mário Nuno Neves                                                                                                     | 18 |
| Voluntariado: uma prática de reconstrução relacional do mundo                                                        |    |
| Rui Marques                                                                                                          | 22 |
| Da Maia para o Mundo: Quando a Acção Local se Transforma em Mudança Global no Ano Internacional do Voluntariado 2026 |    |
| Julie Park                                                                                                           | 25 |
| Fratelli, um lugar de fraternidade em Sidon, Líbano                                                                  |    |
| Teresa Ascensão                                                                                                      | 27 |
| Maia, Coração do Voluntariado Europeu                                                                                |    |
| Equipa municipal                                                                                                     | 31 |

VOLUNTARIADO

MAIA: UMA COMUNIDADE ONDE TODOS CONTAM

António Domingos da Silva Tiago (\*)

Quando, em 2018, elaboramos o Plano Estratégico MAIA 2028, entendemos que fazia sentido incluir uma divisa, de entre outras igualmente relevantes, que aportasse inspiração a todas e todos os que querem viver em comunidade, envolvendo-se e participando ativamente na vida coletiva. Foi esse o propósito da expressão “Maia – uma comunidade onde todos contam e são importantes”.

A essa inspiradora divisa fui acrescentando uma interpretação que reforça o seu significado humano e social, afirmando “Maia – uma comunidade onde todos somos responsáveis por todos”, procurando sensibilizar as pessoas para uma cultura cívica e social muito arraigada na Maia. É que, na verdade, as maiatas e os maiatos, desde sempre se preocuparam e cuidaram de quem precisava, fosse o vizinho da porta ao lado, do fim da rua, do lugar ou da freguesia onde moravam. Esta nossa natureza humana, de nos sentirmos responsáveis pelo próximo, tem na Maia raízes muito profundas e constitui um dos mais humanistas legados dos nossos antepassados, dos nossos avós e dos nossos pais.

Este ano de 2026 é efetivamente um ano feliz para a Maia, posto que, além de sermos Capital Europeia do Voluntariado, fomos recentemente distinguidos com a designação de cidade mais feliz de Portugal.

Sabemos que há distinções que nos enchem de orgulho, mas ser a 69ª cidade mais feliz a nível global e a primeira no nosso país, vai muito para além de um merecido reconhecimento, porque na realidade, confirma um caminho rumo ao desenvolvimento integralmente sustentável, equilibrando de forma harmoniosa todas as dimensões desse caminho coletivo, a dimensão humana, social e económica.

O facto objetivo da Maia se posicionar como a cidade mais feliz de Portugal, no âmbito do Happy City Index, demonstra, a meu ver, de forma inequívoca que a comunidade concelhia compreendeu e inculcou a citada divisa, aplicando-a no quotidiano da vida em comunidade.

Mas esse reconhecimento não resulta somente da forma como as maiatas e os maiatos se deixaram inspirar e abraçaram as diversas missões de serviço voluntário e solidário ao bem-comum, contribuindo para que a inclusão e a coesão social se apresentasse com uma robustez invulgar,

pois na verdade, as entidades internacionais e independentes que integram o Happy City Hubb, levaram a cabo uma avaliação de 64 exigentes critérios, independentes e rigorosos, que mediram a qualidade de vida, a sustentabilidade, a inclusão, a governação, a inovação e o bem-estar das comunidades.

Temos razões objetivas para nos sentirmos felizes, todos sem exceção, porque todos, de uma ou outra forma, tomamos parte neste caminho. Um rumo, certamente facilitado por uma nova geração de políticas públicas municipais cujo ponto focal essencial, sempre foram, são e continuarão a ser as pessoas e as famílias da Maia. E hoje, somos uma comunidade coesa e em paz, que faz da participação, da solidariedade e do compromisso cívico marcas da sua pertença identitária.

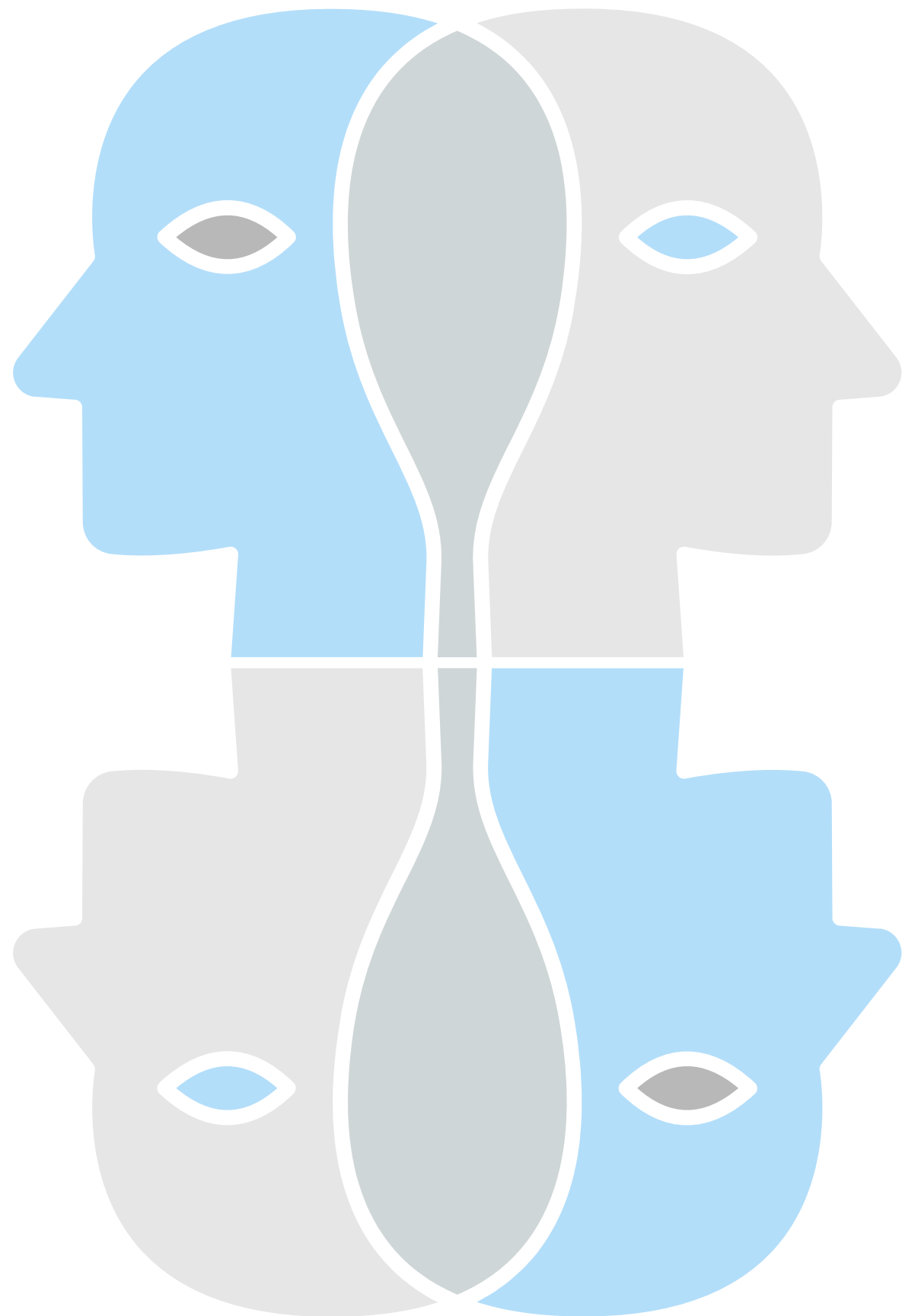
É precisamente essa identidade que encontramos nas páginas desta nona edição da “Terra Maia”, integralmente dedicada ao voluntariado, neste ano feliz, em que a Maia assume a responsabilidade e a honra de ser Capital Europeia do Voluntariado 2026.

Nesta edição, está plasmada uma das mais nobres expressões da cidadania, como é o exercício voluntário da solidariedade humana, social, ambiental, desportiva ou cultural, destacando-se a disponibilidade para cuidar do outro, para construir pontes, para fortalecer laços e para fazer da diferença um fator de união.

Entendo o voluntariado como afirmação da dignidade humana e cívica, que vai muito para além de todo o meritório gesto de generosidade. O voluntariado é, para além disso, também uma forma de participação ativa que transforma pessoas, instituições e comunidades. É um poderoso instrumento de coesão social, capaz de mobilizar talentos, criar confiança e reforçar o sentimento de pertença que faz de um território um verdadeiro lugar para viver, sonhar e ser feliz.

E para se ser feliz, é importante o envolvimento e o compromisso com a comunidade a que pertencemos, com a certeza de que cada gesto, por mais simples que seja, conta sempre para alguém. E esta é a certeza que mais inspira a Maia e os maiatos.

(\*) Engenheiro Civil  
Presidente da Câmara Municipal da Maia



## [O QUE É O VOLUNTARIADO?]

*“É o conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.*

*Não são abrangidas pela presente Lei as atuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança.*

(Art.º 2.º da Lei n.º 71/98, de 3 de novembro)

Esta definição, plasmada em Lei, sintetiza bem a nebulosa conceptual em que foi gerada. O segundo parágrafo aqui reproduzido incorpora, em duas linhas, a intrincada imbricação que deteriora o propósito fundador. Na minha opinião, essa salvaguarda supletiva é espúria e estigmatiza desnecessariamente o valor da coisa. Todas as “institucionalizações” de comportamentos são problemáticas e raramente preservam o carácter prístino do que procuram “normalizar”. Pode regular-se a empatia em decreto?

Eu sou dos que acreditam que ninguém, no seu estado normal, recusa ajuda a outrem numa situação de aflição.

Apesar de algumas pancadas na vida que poderiam enfraquecer essa convicção, outrossim apesar da sinistra nuvem de medos que um universo comunicacional fractal e divisivo inscreve hoje no nosso quotidiano, continuo a acreditar que todos sentimos dolorosa angústia quando vemos as imagens de uma criança prestes a morrer num miserável “hospital” de campanha porque não chegaram lá 0,50 Euros para a vacinar e salvar. Acabámos, há uns minutos ali na esquina de todos os dias, de pagar mais do que isso por 3,5cm<sup>3</sup> de café numa chávena...

O impulso para cooperar é inato nos seres vivos. Todos os seres vivos do Planeta, fauna e flora, mesmo os que e quando competem pela sobrevivência, possuem uma predisposição para partilhar e colaborar com a sua condição no sentido de assegurar a continuidade da vida em conjunto, da qual dependem. Sucede que a Humanidade vive um tempo-ciclo de transição muito disruptivo que nos mantém em constante esforço para encontrarmos sentido e, com ele, algum descanso por entre o frenesim de ameaças com que somos constante e insistentemente

bombardeados. Esse estado das coisas, prolongado no tempo, tende a suscitar instintos de auto-defesa, de isolamento ou acantonamento no grupo mais restrito. Nessa circunstância, pouca energia e disponibilidade sobrarão para ponderar que sobreviver “sozinho” é um paradoxo suicidário. Pelo contrário: é justamente na aflição que a oferta e procura de ajuda se torna salvadora.

Entretanto, numa organização civilizacional de dominante mercantilista (quase sempre muito difícil de regular) como a que até aqui criámos, virtualmente toda a actividade humana carece de organização e institucionalização como forma, desde logo, de tentar expurgar aproveitamentos espúrios que, invariavelmente desembarcam em iniquidades que transportam a necessidade para a desgraça. Se é verdade que ser voluntário na promoção da “saúde social” no seu condomínio, no seu bairro ou na sua cidade ainda é algo que pode ter como motor apenas a vontade própria e a acção pontual e temporária, escalar essa vontade para outros níveis de abrangência, deverá ser enquadrado por organizações (as quais, felizmente, não escasseiam) que asseguram os mínimos de probidade e potenciam a eficácia da disponibilidade individual original.

Repito: acredito que todos temos esse cadinho de abnegação traduzível em disponibilidade para partilhar, cooperar, ajudar, em nome do bem comum. Tal quanto acredito que o voluntariado é uma dimensão libertária, totalmente individual, de serviço cívico. Basta-se na vontade e iniciativa pessoal, a montante das estruturas formais da prática da cidadania institucional. Não se decreta nem se impõe por autoridade exógena à idiossincrasia.



Todavia, como o leitor poderá depreender dos textos desta edição, a complexidade da realidade em que vivemos recomenda que procuremos enquadrar a nossa vontade em plataformas mais ou menos formais (institucionais ou independentes) que tenham a capacidade de potenciar, por efeito grupal e coordenação operacional, a participação cívica individual. E os textos são bastante bons conselheiros.

**Gabriella Civico**, directora do Centro Europeu do Voluntariado, apresenta-nos um texto muito pedagógico no qual explica bem a importância que actualmente assume a prática do voluntariado no contexto europeu. Com efeito, apesar de confirmar a pujança do movimento voluntário na Europa, refere lacunas importantes decorrentes de dispersão entre Estados-Membros e sectores sociais e políticos que urge organizar. Com o seu domínio dos *dossiers* e a sua extensa experiência, traça-nos um verdadeiro mapa dos programas e eixos políticos europeus que é necessário desenvolver e consolidar, enquanto rede coesa e funcional. Já escrevi nas páginas desta TM que, na minha leitura, o programa ERASMUS é a mais transcendente, eficaz e multiplicadora criação da União Europeia das últimas décadas. Em boa hora a Comissão Europeia instituiu o ERASMUS+, consolidando a construção de uma territorialização de visões conjuntas do futuro multicultural e multilateral nos eixos da inclusão social, das transições ecológica e digital e na chamada aos jovens para a prática democrática.

Em determinado passo do seu texto afirma: “*A participação da sociedade civil não deve constituir um elemento acessório do processo; deve ser entendida como uma condição indispensável para o seu sucesso*”. Pode o leitor, facilmente, pesquisar as inúmeras pistas que são deixadas ao longo do texto.

**Eugénio Fonseca** é uma personalidade incontornável no universo da acção social em Portugal nas últimas quatro décadas. Conhecedor profundo de contextos sociais dominados por enorme carência e conturbação quotidiana, sempre empenhado em organizações e estruturas de proximidade, oferece-nos um generoso testemunho da sua visão sobre a essência da motivação para o volun-

tariado. De par com o entusiasmo com que assume a nobreza do voluntariado, apresenta relevantes questões organizacionais, de orientação política e de disseminação comunicacional que se tornam obstáculos importantes ao desenvolvimento do tecido de cidadania humanista que o País, perante aflições, tem revelado. Nem os números são bem conhecidos (serão mais de 1.500.000 !), nem há uma Plataforma Integradora, nem vias de capacitação estruturadas que possam potenciar essa raiz de disponibilidade que se sabe que os portugueses têm.

Deixa-nos remissões encomiásticas para conceitos muito disseminados pelo Papa Francisco como a “amizade social” e a “amizade condominial”.

Apresenta-nos, ainda, o muito interessante tema do “Banco de Tempo” em voluntariado. Uma ideia muito inteligente e mobilizadora para a qual apelo à melhor atenção do leitor.

**Mário Nuno Neves**, com a lucidez que lhe é reconhecida, increpa-nos para a distinção entre “voluntariado” e “voluntarismo”. Tal como para a ténue linha que diferencia a disponibilidade para ajudar e o paternalismo que pode contaminar todo o processo de auxílio. Fazendo uma resenha histórica do fenómeno, atravessando épocas e cruzando religiões, caracterizando as diversas visões e práticas do voluntariado, adverte-nos para o critério a tomar quando nos integramos em movimentos – perceber claramente o respeito por quem é ajudado e a probidade de como é planeada e executada essa ajuda. Manter a predisposição e a disponibilidade, mas elevar o critério.

**Rui Marques**, (ele perdoar-me-á, acredito...) é uma espécie de “decano” do activismo no Portugal democrático. Os leitores na casa dos 50 – 60 anos, lembrar-se-ão vividamente do sofrido processo da Libertação de Timor-Leste da vil e criminosa ocupação indonésia. Aquele barco “Lusitânia Expresso” que ousou desafiar a armada indonésia, transportou a luta sangrenta de resistência dos timorenses para a atenção internacional e foi uma extraordinária espoleta para a batalha diplomática que Portugal empreendeu e ganhou nas Nações Unidas. Recomendo vivamente aos leitores que pesquisem o tema na internet – é um episódio glorioso da história do País e Rui Marques foi a sua *alma mater*!

Neste seu excelente texto, chama-nos a atenção para a importância de sermos capazes de evoluir daquilo que começou como “ajuda”, para um estágio superior a que chama “relação”. Só assim, se disso formos capazes, haverá reciprocidade e construção de laços, vínculos duradouros e indeléveis. Se sairmos de uma acção de voluntariado em que ajudamos sem termos estabelecido uma relação, essa ajuda (embora importante) fica mitigada. Quem ajuda, também deve sair diferente, mais enriquecido, do processo. É esse mecanismo de reciprocidade que alavanca a “re-tecelagem” social. Que guarda memória e inscreve “literacia relacional”. E que garante o factor terminal da importância no voluntariado, a continuidade.

**Julie Park**, quadro superior na sede europeia de Bona da *United Nations Volunteers (UNV)*, deixa-nos uma mensagem clara sobre como a ONU encara e enquadra o voluntariado – “*Não se trata de caridade exercida à distância. Trata-se da escolha consciente de afirmar: a tua vida está ligada à minha, e essa ligação merece ser protegida.*”

Na prática, este texto, é mais um encómio à nobreza do exercício de voluntariado, mesmo que se expresse nos níveis mais basilares da vida em sociedade – na vizinhança, nas ruas, nos bairros, nas cidades onde vivemos.

**Teresa Ascensão**, é uma moça maiata que concretizou o seu impulso de solidariedade numa missão de voluntariado numa zona de guerra durante um ano – foi, com o seu marido Zé, ajudar meninas e meninos libaneses a terem um quotidiano em que pudessem perscrutar fugidios raios-de-luz-de-sete-cores por entre o cinzento escuro e sinistro da guerra.

É um depoimento impressionante. Emocionei-me. E ajudou-me a perceber melhor o que significa, realmente, a coragem de estar disponível para muito além do calculismo. Notável!

O texto elaborado pela **Equipa Municipal**, um grupo de dedicadas técnicas que fez crescer e consolidar a solidariedade cidadã na Maia, faz-nos um balanço sobre o estado da arte neste meio ano de Capital Europeia do Voluntariado, Maia 2026. Posso antecipar que a maioria dos leitores talvez se surpreenda quando vir as respostas às perguntas mais básicas como, por exemplo, “mas afinal, na

Maia, quem é que faz voluntariado e em quê?”. Leia o texto e verá que sentirá uma agradável e consoladora lufada de confiança – por baixo e por entre as múltiplas camadas de agitação confrontacional com que a voragem mediática tenta esgotar as nossas existências, temos “gente de cá” que sabe fazer! Sabe perfeitamente porque fazer, como fazer, quando fazer e com quem fazer, para fazer bem. Esta “nuvem solidária municipal” é já um caminho ascendente sem retorno e, auspício maior, tem muitos mais jovens do que se poderia supor. Leia e surpreenda-se!

Ser um bom vizinho, freguês e cidadão, disponível para partilhar, colaborar e ajudar a sermos, “todos, todos, todos...” (citação que dispensa remissão) uma melhor comunidade, não só parece ser um bom propósito de vida, como se percebe pelos textos deste número que é, mesmo, uma condição essencial para sobrevivermos.

Em certa medida e depois de ler este conjunto de textos, ocorreu-me sugerir a mim mesmo que muitas vezes, a indignação cada vez mais constante que “a realidade” nos suscita pode, em vez de se exprimir em lamento ou denúncia, escolher agir. Fazer! Não há melhor bálsamo para a alma!

Caros leitores, contactem o COMPROMISSUM.  
<https://www.cm-maia.pt/viver/desenvolvimento-social-e-demografia/compromissum-centro-de-voluntariado-da-maia>

[compromissum@cm-maia.pt](mailto:compromissum@cm-maia.pt)

Boa leitura.

(\*) Arquitecto.

Consultor do Município da Maia em Ordenamento do Território e Arquitectura.

Editor e responsável científico da Revista Terra Maia.



# O CENTRO EUROPEU DO VOLUNTARIADO (CEV)

Gabriella Civico (\*)

O Centro Europeu do Voluntariado (CEV) é a rede europeia dedicada à promoção e ao apoio do voluntariado e dos voluntários na Europa. A visão do CEV é a de uma Europa onde os voluntários desempenham um papel central na construção de sociedades coesas, sustentáveis e inclusivas, assentes na solidariedade e na cidadania activa. A sua missão consiste em exercer uma liderança colaborativa que contribua para a criação de um ambiente favorável ao voluntariado em toda a Europa. Neste contexto, o CEV constitui uma fonte de apoio para os muitos milhares de voluntários e organizações de voluntariado europeias, conferindo uma dimensão continental às suas actividades e promovendo a cooperação entre os diversos actores do sector.

**Na sua mensagem pública por ocasião do Dia Internacional dos Voluntários de 2025, a Direcção do CEV afirmou:**

*«O voluntariado, na sua essência, consiste em estar presente para os outros. Mostra-nos que a solidariedade nunca é um conceito abstracto; ela concretiza-se através das pessoas e das organizações que, muitas vezes com grande risco pessoal, continuam a levar ajuda, compaixão e esperança a quem delas necessita.»*

O voluntariado, alicerçado na compaixão, na solidariedade e no livre exercício da cidadania, constitui uma das expressões mais significativas dos valores fundamentais europeus: a dignidade humana, a democracia, a paz e a justiça social. Ao proporcionar aos cidadãos oportunidades concretas de participação activa na vida colectiva, permite-lhes contribuir para a construção das suas comunidades e da Europa a que aspiram, reforçando a coesão social, apoiando os grupos mais vulneráveis e promovendo objectivos ambientais e sociais.

Enquanto manifestação de compromisso cívico e de responsabilidade partilhada, o voluntariado assume igualmente um papel complementar de grande relevância no apoio aos serviços públicos, em particular em períodos de crise. Numa Europa confrontada com níveis crescentes de polarização social, com a erosão da confiança entre sectores e com a progressiva redução do espaço cívico, o potencial do voluntariado enquanto factor de equilíbrio, diálogo e proximidade torna-se cada vez mais indispensável.

A pandemia de COVID-19, a guerra na Ucrânia e o impacto crescente das emergências associadas às alterações climáticas evidenciaram este contributo de forma particularmente clara. Os voluntários, as organizações promotoras de voluntariado e as estruturas de apoio ao sector demonstraram ser actores fundamentais na promoção da resiliência colectiva e nos processos de recuperação social e comunitária. Contudo, apesar da sua importância, o ecossistema do voluntariado na Europa continua marcado por uma significativa fragmentação. Persistem diferenças substanciais entre os Estados-Membros relativamente às definições, aos direitos, às formas de protecção e às estruturas de apoio existentes. Do mesmo modo, o reconhecimento público e social atribuído ao trabalho dos voluntários e das organizações que os enquadram varia consideravelmente entre países e contextos.

Acresce que, ao nível da União Europeia, a abordagem ao voluntariado continua frequentemente dispersa por diferentes sectores de intervenção política, originando insuficiências, lacunas e falta de coerência estratégica.



A celebração, em 2026, do Ano Internacional do Voluntariado das Nações Unidas (IVY2026), coincidindo com o trigésimo aniversário dos Programas Europeus da Juventude e da Solidariedade, representa uma oportunidade particularmente relevante para enfrentar estes desafios e afirmar uma visão europeia do voluntariado enquanto acto livre, consciente, democrático e assente em direitos, profundamente enraizado no espaço cívico e nos valores do multilateralismo, da paz e da cooperação internacional.

Este é um momento determinante para apelar às Instituições Europeias e aos Estados-Membros para que promovam políticas mais inclusivas e capacitadoras, reforcem a protecção dos voluntários e dos trabalhadores humanitários e assegurem que o contributo do voluntariado seja devidamente reconhecido, valorizado, medido e apoiado.



Num contexto geopolítico particularmente desafiante, os valores que motivam as pessoas a agir em solidariedade, a colocar-se ao serviço dos outros e a defender os direitos fundamentais assumem uma importância renovada. A Europa necessita, hoje mais do que nunca, de uma cultura de participação e compromisso cívico amplamente disseminada.



O voluntariado constitui um dos mais importantes motores da paz, da reconciliação e da transformação social. Ao promover a inclusão social, a tolerância, a igualdade de oportunidades e sociedades mais justas e coesas, contribui de forma decisiva para o fortalecimento da democracia e para a consolidação do projecto europeu. Por essa razão, deve ser reconhecido como uma prioridade transversal e integrado no centro das políticas públicas europeias.

O CEV considera que as políticas e programas europeus, bem como o próprio contexto social europeu, devem inspirar, incentivar e apoiar um voluntariado de qualidade, não apenas em momentos de crise, mas também no quotidiano das comunidades. Todos os dias, os voluntários contribuem para a defesa dos direitos dos outros, promovem a aproximação entre pessoas e fortalecem os laços comunitários. O valor do voluntariado ultrapassa largamente a execução de tarefas específicas; constitui um elemento essencial para a vitalidade democrática e um exemplo concreto da capacidade dos cidadãos para gerar mudança social positiva.

Como é afirmado no *Blueprint for Volunteering 2030*, o voluntariado traduz em acção os valores fundamentais da justiça, da solidariedade, da inclusão e da cidadania, sobre os quais assenta o projecto europeu. Ser voluntário significa produzir um impacto positivo nas pessoas e no ambiente, transformando princípios em práticas concretas e permitindo aos cidadãos desempenhar um papel activo na construção da Europa que desejam.

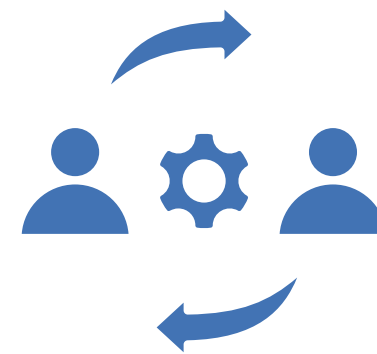
Os governos, por si só, não conseguem assegurar uma sociedade onde os direitos humanos, a igualdade e a dignidade de todas as pessoas sejam plenamente respeitados. A experiência da iniciativa Capital Europeia do Voluntariado tem demonstrado que uma relação colaborativa sólida entre as autoridades públicas e as organizações da sociedade civil constitui uma condição indispensável para o desenvolvimento de um voluntariado de qualidade.

Todavia, apesar da sua relevância social, o voluntariado continua a não dispor de um enquadramento político abrangente ao nível da União Europeia. Com frequência, é encarado sobretudo como um instrumento para alcançar objectivos políticos mais amplos. Consequentemente, as responsabilidades e os mecanismos de apoio ao voluntariado encontram-se dispersos por diferentes domínios de intervenção, como a juventude, a política social, a democracia ou a protecção civil, contribuindo para uma fragmentação persistente e para uma limitada coerência das políticas públicas.

Esta fragmentação reflecte-se igualmente na forma como o voluntariado é representado nas políticas europeias. A União Europeia tem privilegiado, de forma compreensível, mas insuficiente, o voluntariado jovem, sobretudo através do Corpo Europeu de Solidariedade. Sendo este o único programa europeu especificamente dedicado ao financiamento de actividades de voluntariado e solidariedade, acaba por contribuir para uma percepção limitada do voluntariado enquanto actividade predominantemente associada aos jovens, o que não corresponde à realidade vivida nos diversos Estados-Membros.

No âmbito da Estratégia Europeia para a Juventude (2019-2027), o voluntariado integra uma agenda mais ampla de participação, envolvimento e capacitação dos jovens. Neste contexto, o Corpo Europeu de Solidariedade assume uma importância particular, ao reconhecer o voluntariado como expressão concreta da solidariedade europeia, proporcionando oportunidades estruturadas de participação e contribuindo para a inclusão social e para a coesão entre os Estados-Membros.

O programa Erasmus+ complementa este esforço através do financiamento de iniciativas de aprendizagem não formal, mobilidade e participação cívica, nas quais o voluntariado constitui frequentemente um dos principais instrumentos de implementação.



O reconhecimento da aprendizagem não formal e informal, promovido através da Agenda Europeia para as Competências, representa igualmente um avanço significativo para a valorização das competências adquiridas através do voluntariado. O desenvolvimento de capacidades pessoais, sociais, técnicas e profissionais decorrente da experiência voluntária constitui um importante contributo para a empregabilidade, para a participação cidadã e para a aprendizagem ao longo da vida.

Em articulação com instrumentos como o Quadro Europeu de Qualificações e a plataforma Europass, a Agenda Europeia para as Competências permite validar e reconhecer aprendizagens adquiridas fora dos sistemas formais de educação, incluindo aquelas que resultam da actividade voluntária. Desta forma, competências desenvolvidas em contextos de voluntariado podem ser reconhecidas, documentadas e valorizadas em percursos educativos e profissionais.

O voluntariado constitui igualmente um elemento central das estratégias europeias de inclusão social e igualdade. Ao criar oportunidades de participação, aprendizagem e contribuição para pessoas de todas as idades, origens e condições sociais, promove uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Neste sentido, o voluntariado contribui directamente para as prioridades europeias relacionadas com a educação, a economia social, as competências, a juventude, a igualdade, a justiça intergeracional, a cultura e o desporto. Mais do que um resultado secundário de programas de mobilidade ou aprendizagem, deve ser reconhecido como uma infra-estrutura essencial para a promoção da igualdade de oportunidades e da participação democrática.

Uma Europa verdadeiramente inclusiva exige que o voluntariado seja encarado não como uma actividade acessória ou complementar, mas como um investimento estratégico na coesão social, na cidadania activa e no fortalecimento das comunidades.

O voluntariado constitui uma dimensão essencial das estratégias europeias de inclusão social e igualdade, mas é igualmente uma expressão concreta da participação democrática e um dos pilares fundamentais de um espaço cívico saudável e dinâmico. Ao permitir que os cidadãos se organizem, deliberem e actuem em conjunto em prol do bem comum, o voluntariado estabelece pontes entre as instituições e as comunidades de uma forma que os mecanismos formais da democracia representativa, por si só, não conseguem assegurar.

Reconhecer o voluntariado como uma forma de participação democrática e como uma infra-estrutura fundamental do espaço cívico é, por isso, indispensável para o reforço da democracia europeia. Esta perspectiva assume particular relevância no contexto das responsabilidades europeias relacionadas com a justiça, o Estado de direito, as liberdades cívicas e a protecção da democracia, devendo reflectir-se de forma clara na concepção e implementação de iniciativas como o *European Democracy Shield*, a futura Estratégia Europeia para a Sociedade Civil e o programa de financiamento AgoraEU.

As organizações de voluntariado estão preparadas para colaborar activamente com as instituições europeias, contribuindo para que o European Democracy Shield se afirme como uma resposta credível, eficaz e inclusiva aos desafios que actualmente se colocam às democracias europeias. Este instrumento representa uma oportunidade estratégica para proteger a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais, mas apenas poderá alcançar plenamente os seus objectivos se integrar a experiência concreta dos voluntários e reconhecer o contributo quotidiano que estes oferecem à vida democrática das suas comunidades.

Por essa razão, as organizações promotoras de voluntariado e as estruturas de apoio ao sector devem ser envolvidas de forma activa e significativa desde as fases iniciais de definição de prioridades, concepção de medidas, implementação e monitorização das políticas.

A participação da sociedade civil não deve constituir um elemento acessório do processo; deve ser entendida como uma condição indispensável para o seu sucesso.

O European Democracy Shield deverá igualmente possuir a capacidade de adaptação necessária para responder a fenómenos em constante evolução, como o retrocesso democrático observado em alguns contextos, o aumento da polarização social, a redução do espaço cívico e a crescente frequência e intensidade das crises naturais ou provocadas pela acção humana.

Neste quadro, torna-se essencial que a iniciativa promova explicitamente um ambiente seguro, favorável e capacitador para o exercício do voluntariado, reconhecendo-o como um dos pilares da democracia, da coesão social, da participação cidadã e do envolvimento cívico. Tal implica assegurar mecanismos de apoio directo, acessível e sustentável aos voluntários e às organizações que os mobilizam.



O reforço do Corpo Europeu de Solidariedade, enquanto instrumento de promoção de um voluntariado assente em valores, deverá constituir uma componente central desta abordagem. Contudo, a concretização plena do potencial transformador do voluntariado exige uma visão mais ampla, que vá para além daquele que continua a ser o principal programa europeu dirigido ao voluntariado jovem.

A transparência e a capacidade de intervenção efectiva devem igualmente constituir características estruturantes do European Democracy Shield. Os mecanismos de alerta precoce destinados a identificar ameaças emergentes à democracia devem ser desenvolvidos com a participação activa das organizações de voluntariado, frequentemente as primeiras a detectar pressões locais sobre os direitos fundamentais, a participação cívica e as liberdades democráticas.

Estas organizações desempenham igualmente um papel determinante na prevenção de fenómenos que fragilizam a democracia. Em muitas comunidades, os voluntários encontram-se na linha da frente do combate à desinformação e à manipulação da informação, contribuindo para o fortalecimento do pensamento crítico, da literacia mediática e da participação informada dos cidadãos.

O seu contributo para a concepção e implementação de programas de educação para a cidadania, literacia mediática e desenvolvimento do pensamento crítico dirigidos a pessoas de todas as idades e contextos sociais deve ser devidamente reconhecido e apoiado. Investir nestas iniciativas significa investir na qualidade da democracia europeia.

Ao mesmo tempo, as respostas aos desafios democráticos devem ser cuidadosamente concebidas de modo a não comprometer direitos fundamentais como a liberdade de associação, a liberdade de expressão ou o direito à reunião pacífica. O European Democracy Shield deverá assumir também a missão de proteger as liberdades cívicas dos voluntários e das organizações da sociedade civil, assegurando que estes possam continuar a desempenhar o seu papel sem constrangimentos indevidos.

A criação do Centro Europeu para a Resiliência Democrática representa um passo significativo nesta direcção. Este novo espaço de cooperação entre instituições europeias, Estados-Membros e organizações da sociedade civil visa fortalecer democracias resilientes, promover a confiança nos sistemas democráticos europeus e proteger a integridade do debate público.

Os voluntários devem fazer parte integrante deste processo. Em particular, importa assegurar a sua representação efectiva na Plataforma de Partes Interessadas associada ao Centro, garantindo que as suas experiências, conhecimentos e perspectivas contribuam para a definição das prioridades e das respostas futuras.

A democracia depende de uma cultura democrática viva, activamente promovida e valorizada no quotidiano. O voluntariado constitui uma das formas mais tangíveis através das quais os cidadãos participam na construção dessa cultura, seja através de iniciativas locais de proximidade, seja por intermédio de acções transnacionais de solidariedade.

Neste contexto, reforçar o voluntariado assente em valores, proteger as liberdades cívicas e assegurar a existência de um espaço cívico seguro e favorável constitui um investimento estratégico na resiliência democrática de longo prazo da Europa.

Ao integrar o voluntariado no European Democracy Shield, na Estratégia Europeia para a Sociedade Civil e no programa AgoraEU, e ao reconhecer os voluntários, as organizações promotoras de voluntariado e as estruturas de apoio ao sector como actores democráticos indispensáveis, a União Europeia poderá garantir que a participação democrática seja verdadeiramente acessível, significativa e efectiva para todos os cidadãos.

Desta forma, a democracia deixará de assentar exclusivamente nas instituições e nos instrumentos jurídicos para se afirmar também nas experiências vividas, nas relações de proximidade e nos laços de solidariedade que o voluntariado torna possíveis todos os dias, em comunidades de toda a Europa.



O voluntariado constitui uma componente essencial da capacidade de resiliência, preparação e solidariedade da Europa. Ao estabelecer ligações entre instituições e comunidades, desempenha um papel determinante na prevenção de riscos, na preparação para situações de emergência, na resposta a crises e nos processos de recuperação e construção da paz. O seu contributo transcende largamente a intervenção pontual em momentos de adversidade, assumindo-se como um elemento estrutural da capacidade colectiva das sociedades para enfrentar desafios complexos e imprevisíveis.

Neste contexto, o reconhecimento do voluntariado como uma infra-estrutura fundamental de resiliência e preparação contribui directamente para a concretização das prioridades europeias em matéria de ajuda humanitária, parcerias internacionais, desenvolvimento sustentável, preparação para crises e implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas. Consequentemente, esta realidade

deve estar reflectida de forma consistente nas políticas internas e externas da União Europeia, bem como nos respectivos mecanismos de financiamento.

A protecção civil continua a ser, em grande medida, uma competência exercida a nível nacional, regional e local. Em muitos Estados-Membros, os sistemas de protecção civil dependem significativamente da participação de voluntários e de estruturas organizadas assentes no voluntariado. A preparação, a resposta a emergências e a capacidade de recuperação das comunidades europeias são, por isso, em larga medida impulsionadas pelo compromisso e dedicação de cidadãos voluntários.

Embora o Mecanismo Europeu de Protecção Civil reconheça a importância das organizações baseadas em voluntariado e permita a sua participação enquanto entidades beneficiárias, continua a não prever um apoio directo e estruturado especificamente dirigido aos programas de voluntariado. Esta situação evidencia a necessidade de reforçar o reconhecimento institucional do papel estratégico desempenhado pelos voluntários na segurança e resiliência das sociedades europeias.

O voluntariado é um dos pilares fundamentais da preparação colectiva para enfrentar crises naturais ou provocadas pela acção humana. Seja perante fenómenos climáticos extremos, pandemias, catástrofes ambientais ou ameaças deliberadas aos valores democráticos e às liberdades fundamentais, os voluntários desempenham um papel decisivo na construção de comunidades mais preparadas, informadas e resilientes.

A Estratégia para uma União Preparada (*Preparedness Union Strategy*) propõe uma abordagem integrada e abrangente, baseada na participação de toda a sociedade. Esta visão reconhece que a preparação e a resiliência dependem da colaboração entre autoridades públicas, comunidades locais, sector privado, organizações da sociedade civil e cidadãos. Neste modelo, o voluntariado não constitui um elemento complementar, mas sim uma dimensão essencial da resposta colectiva.

Importa, contudo, evitar uma visão redutora da preparação e da resiliência. Estes conceitos não se limitam à resposta a acontecimentos súbitos e altamente visíveis, como cheias, incêndios ou terremotos. Existem ameaças persistentes e menos perceptíveis que colocam igualmente em risco a segurança, a estabilidade e o modo de vida europeu.

O crescimento da polarização social, o enfraquecimento dos processos democráticos, os ataques ao Estado de direito e a erosão dos direitos fundamentais representam desafios de enorme relevância para o futuro da Europa. Estes fenómenos são frequentemente agravados por campanhas de interferência externa, pela disseminação de desinformação e por estratégias deliberadas de manipulação da opinião pública.

Em diversos contextos europeus, actores hostis aos valores democráticos têm encontrado terreno fértil num ambiente caracterizado por baixos níveis de literacia mediática, dificuldades na identificação de informação falsa e fragilidade dos mecanismos de participação cívica. Neste domínio, os voluntários desempenham um papel insubstituível.



Com os recursos adequados e enquadrados por uma estratégia coordenada, os voluntários podem contribuir de forma ainda mais significativa para o combate à desinformação, para o reforço da literacia cívica e digital e para o fortalecimento da capacidade das comunidades responderem a ameaças que afectam a democracia e a coesão social. Desta forma, não apenas em momentos de crise, mas também no quotidiano, os voluntários defendem direitos, promovem a inclusão, fortalecem os laços comunitários e ajudam a prevenir situações de vulnerabilidade individual e colectiva. O seu profundo conhecimento das comunidades locais, particularmente junto das populações mais vulneráveis ou de difícil alcance, permite-lhes identificar riscos e necessidades antes que estes se transformem em problemas mais graves.

Este papel preventivo e de proximidade deve ser reconhecido como parte integrante das estratégias europeias de preparação e resiliência, complementando as funções mais visíveis tradicionalmente associadas à protecção civil e à resposta a emergências.

A concretização de uma verdadeira abordagem assente na participação de toda a sociedade exige igualmente uma definição mais clara dos papéis e responsabilidades dos diferentes actores públicos, privados e da economia social. Tal implica o desenvolvimento de mecanismos estáveis de cooperação e coordenação, bem como a criação de condições que permitam às organizações da sociedade civil participar de forma efectiva nos processos de diálogo, consulta e definição das políticas públicas europeias.

Neste domínio, subsiste uma fragilidade significativa. As organizações da sociedade civil, e particularmente as estruturas de apoio ao voluntariado, dependem cada vez mais de financiamentos temporários e baseados em projectos. Embora estes mecanismos permitam desenvolver iniciativas relevantes, raramente asseguram a sustentabilidade institucional necessária para recrutar, formar, coordenar e apoiar voluntários de forma continuada.

A ausência de financiamento estrutural constitui, por isso, um dos principais obstáculos ao fortalecimento do sector e à sua capacidade para responder aos desafios actuais e futuros.

Outra limitação importante reside na inexistência de um quadro europeu abrangente, actualizado e consistente para a recolha e análise de dados sobre o voluntariado. Esta lacuna reduz a visibilidade do contributo do voluntariado para os objectivos da União Europeia e enfraquece a base de evidência necessária para a formulação de políticas eficazes.

Actualmente, os dados europeus sobre voluntariado são recolhidos de forma irregular e frequentemente incompleta. Em muitos casos, os estudos existentes centram-se apenas em segmentos específicos da população, não reflectindo a diversidade e a amplitude das práticas de voluntariado existentes nos Estados-Membros.



Além disso, os métodos tradicionais de medição tendem a privilegiar indicadores quantitativos, como o número de voluntários ou de horas dedicadas, negligenciando frequentemente a qualidade, a inovação e o impacto social das actividades desenvolvidas.

As definições formais actualmente utilizadas nem sempre conseguem captar novas formas de participação cívica e comunitária, particularmente aquelas que combinam activismo, estilos de vida solidários, acção comunitária informal e iniciativas colaborativas emergentes. Muitas destas formas de envolvimento produzem um valor público significativo, mas permanecem invisíveis nos sistemas de medição convencionais.

Torna-se, por isso, necessário desenvolver abordagens mais abrangentes, dinâmicas e próximas das realidades locais, capazes de integrar novas metodologias de recolha e análise de dados, incluindo o recurso responsável às tecnologias digitais e à inteligência artificial, permitindo compreender melhor a evolução do voluntariado e o seu impacto efectivo nas sociedades europeias.

Com o objectivo de contribuir para colmatar esta lacuna, o CEV publicará, em 2026, o primeiro Relatório sobre o Estado do Voluntariado Europeu (*State of European Volunteering Report – SEVR 2026*). Desenvolvido em colaboração com parceiros europeus e apoiado por diversas entidades do sector, este relatório procurará oferecer uma visão mais abrangente e aprofundada da realidade do voluntariado na Europa.



Mais do que produzir uma classificação entre países ou uma simples comparação estatística, o relatório procurará consolidar conhecimento já existente, identificar tendências, sistematizar evidência e disponibilizar indicadores úteis para a definição de políticas públicas mais eficazes.

Ao valorizar a informação já recolhida através das Fichas Nacionais do Voluntariado Europeu desenvolvidas pelo CEV, o relatório contribuirá para a criação de referenciais comuns e para uma melhor compreensão das condições necessárias ao florescimento do voluntariado em toda a Europa.

Num momento em que a Europa enfrenta desafios sociais, democráticos e ambientais de crescente complexidade, investir no conhecimento, reconhecimento e fortalecimento do voluntariado representa não apenas uma opção política desejável, mas uma condição indispensável para a construção de sociedades mais resilientes, inclusivas, participativas e solidárias.

(\*) Natural do Reino Unido, viveu em Espanha e Portugal e é hoje cidadã belga.

Licenciada em Social Policy and Education e Mestre em Education and E-learning.

President of Civil Society Europe (CSE)

Director of Centre for European Volunteering (CEV)

Nota do Editor: a versão portuguesa do texto foi elaborada com recurso a um auxiliar de Inteligência Artificial segundo orientações específicas e tendo sido posteriormente sujeita a uma revisão final da minha responsabilidade



# VOLUNTARIADO: A VIDA COMO DOM

Eugénio Fonseca (\*)

A cultura predominante parece querer arrastar-nos para uma vivência individualista; colocar um preço em tudo o que se faz; desconfiar e ter medo do outro, sobretudo quando ele nos é estranho; racionalizar todos os procedimentos e sentimentos; considerar que tudo nos é devido, sem qualquer esforço da nossa parte.

Mas só somos pessoas quando somos-com-os-outros. Precisamos, indubitavelmente, dos outros. Somos seres criados para a interdependência. O bem-estar de cada sujeito está relacionado com o bem-estar da sociedade como um todo. Para reforçar esta minha convicção, cito o Papa Francisco «*Aqui está um ótimo segredo para sonhar e tornar a nossa vida uma bela aventura. Ninguém pode enfrentar a vida isoladamente (...); precisamos duma comunidade que nos apoie, que nos auxilie e dentro da qual nos ajudemos mutuamente a olhar em frente. Como é importante sonhar juntos! (...) Sozinho, corres o risco de ter miragens, vendo aquilo que não existe; é juntos que se constroem os sonhos*».<sup>1</sup> Sonhemos como uma única humanidade, como caminantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que nos alberga a todos, cada qual com a riqueza das suas convicções, com a sua própria voz, mas com o firme propósito de construir fraternidade.

Por isso, organizamo-nos em comunidades, desde a primordial, que é a família, à freguesia, ao município, à comunidade de fé e a outro tipo de órgãos intermédios. Ninguém é neutro nestes contextos. Ou se opta por ser cidadão ou cidadã ou mero hóspede, vivendo dos esforços de outros na construção de comunidades mais íntegras, integradas e sustentáveis. Já o nosso santo português, S. João de Deus, quando saía a pedir ajuda para os mais vulneráveis, dizia: “Fazei o bem a vós mesmos...”.

A prática do voluntariado é uma, entre outras, escolha por se ser artífice de um mundo melhor. Quem pratica voluntariado é um construtor da *pólis*, ou seja, da cidade, entendida como o espaço onde podemos partilhar o nosso tempo e as nossas competências sem exigir qualquer preço. O voluntariado é, assim, uma ferramenta de cidadania que procura realizar ações transformadoras. O altruísmo será sempre uma condição essencial, mas torna-se mais responsabilizante quando se completa com

o sentido do dever, intransmissível, pela construção da “cidade”. Em suma, decidir ser voluntário é um ato livre, mas responsável, que reclama um compromisso sério com a causa que se abraça. As motivações podem ser da mais variada ordem, mas todas têm de concorrer para o bem comum.

Ainda não é possível saber quantos são os que dispõem do estatuto de voluntário, de acordo com os critérios legais em vigor. Calcula-se que podem ultrapassar um milhão e meio. Todavia, não se inclui neste número quem de um modo mais conjuntural realiza ações voluntárias. Se tivermos em conta o que determina a lei, somos dos países que estamos na cauda da Europa neste setor. Contudo, há países que se apresentam com melhores resultados, mas o seu conceito de voluntariado é muito mais abrangente. Esta é uma das reflexões a ser feita a propósito da revisão do atual enquadramento legal (Lei n.º 71/98, de 3 de novembro), se se deve ou não incluir, o que, à falta de melhor designação, chamo de “*voluntariado conjuntural*”. Só a Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV), composta, para já, por 52 confederadas, que representam mais de 40 mil organizações de voluntários ou que os integram, reúnem mais de 700 mil pessoas que doam o seu tempo.

Mais preocupante, ainda, é que grande parte do trabalho voluntário não é conhecido, porque não se tem conseguido que entre na agenda mediática. É pena, porque muitos têm a perceção de que, no nosso país, predomina o egoísmo, a indiferença e muitas formas de malfeitorias. Sem escamotear todas as preocupações, situações nefastas a terceiros e à sociedade portuguesa em geral, nada abonatórias em favor de um país que tem sido para o mundo um exemplo de humanismo, seria bom e conveniente conhecer mais, o tanto que acontece, todos os dias, na proteção social dos que se encontram em situação de maior fragilidade financeira social, nos cuidados de saúde, na proteção do ambiente e dos animais, na revitalização das redes de vizinhança, na defesa do património, nas emergências e situações de calamidade, no combate à solidão, no desenvolvimento local, na cooperação com países mais empobrecidos, no desporto, na formação informal, na preservação da cultura popular... A evidência mais recente foi a demonstração da disponibilidade de milhares de pessoas para acudir a quem viu destruídas ou danificadas as suas casas, empresas, instituições, redes viárias, pontes e tanto outro património relevante para o

1. Cf. FRANCISCO, Carta Encíclica Fratelli Tutti (3 de outubro de 2020), Paulinas Editora- Secretariado Geral do Episcopado, Prior Velho 2020, 8.

restabelecimento da normalidade de vidas que ficaram e/ou continuam em suspenso no que concerne às suas condições de bem-estar. Para identificar melhor este tipo de disponibilidades e as competências associadas é urgente criar-se uma Plataforma, onde as mesmas sejam registadas para que não aconteça, como quase sempre, uma descoordenação das ações em locais atingidas por calamidades. A CPV está a pensar nisso. Outra sugestão é a possibilidade da criação de “Bancos do Tempo”, associados aos Bancos Locais de Voluntariado e/ou a outras instituições, nos quais os voluntários “conjunturais” poderiam registar as horas, semanais ou mensais, que pretendessem doar e em que áreas de intervenção. Há ainda que revitalizar uma dinâmica que fomenta solidariedades, muitas delas, de pequenos e ocasionais compromissos, mas fundamentais para a coesão social e, nas zonas mais desertificadas, até mesmo, para a coesão territorial. Refiro-me às “redes de vizinhança”. Nas redes urbanas, em que o anonimato entre os que vivem no mesmo prédio ou noutra forma de condomínio, é uma constante, este tipo de relacionamento tem de se reinventar. Há quem lhe chame até “*amizade condominial*”. Seria uma sub-etapa para se alcançar um dos grandes desígnios do Papa Francisco que era a criação da “amizade social”.

Para exercer esta missão da prática da cidadania é indispensável que, quem a assume, esteja, devidamente, capacitado para entender bem a identidade da sua opção, conhecer os valores que estão subjacentes às tarefas que aceita desempenhar e saber fazê-las bem. Mas há que ter bem presente que o ser voluntário não se ensina, nasce dentro de nós, na medida em que aumenta a consciência de que o crescimento integral e sustentável do mundo se faz connosco. Caso contrário, entregaremos a outros essa tarefa. Há evidências que, por ter sido muito vezes assim, desejamos o que não temos e temos o que não queremos. A família, sem dúvida, mas, também a Escola, têm uma responsabilidade indelével na criação de consciências com o sentido do outro. O testemunho feliz dos que já se dedicam a fazer o bem, bem feito, é um incentivo a que outros se entusiasmem a seguir pela mesma senda. Daí, a importância que teria a de incentivar, ainda mais, a partilha de boas práticas. Se os meios de comunicação social se dispusessem, com regularidade, a dar a conhecer vivências que, neste sentido, estão a acontecer, até no Portugal mais profundo, prestariam um bom serviço à sociedade.



Ao Estado pedem-se políticas públicas que assegurem o cumprimento da justiça social e fomentem redes de solidariedades coletivas com o fim último que é o de alcançar o bem comum. Na área do voluntariado não se espera, nem deseja, que qualquer governo assuma a realização de um «*conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas*».<sup>2</sup> Essa é uma incumbência do direito e do dever à participação dos cidadãos. Mas, a quem governa é-lhe pedido que promova condições para o melhor exercício destes projetos e programas. Algo já se caminhou neste sentido, mas ainda há muito caminho a percorrer para que seja maior o reconhecimento dos voluntários e valorizadas as suas tarefas. O trabalho voluntário não pode substituir o trabalho remunerado.

2. Cf. Lei n.º 71/98 de 3 de novembro.

Sempre que isso acontece, incorre-se numa grave injustiça que tem de ser reparada e punida se for assumida deliberadamente. O trabalho voluntário é sempre complementar e leva consigo “suplementos de alma”, quando o trabalho assalariado é tão absorvente que não sobra tempo para esta dedicação. Para que, neste sentido, tudo funcione melhor, impõe-se a necessidade da criação do “gestor do voluntariado” a fim de que sejam profícuas estas relações, e mais eficazes e eficientes as ações a realizar. Felizmente, por iniciativa da Entreatada, com a colaboração da CASES e da CPV, já existe uma forma de contabilizar as horas doadas pelos voluntários. Ainda nem todos aderiram a este instrumento de fácil registo. Todavia, já podemos falar de milhões de horas mensais. Se as juntarmos ao bem que elas produzem, poderemos estar a apontar para um valor económico, não financeiro, do voluntariado com uma significativa expressão no PIB português. Se o voluntariado acabasse amanhã, talvez, na sua globalidade, o país não sentisse uma diferença substancial na sua organização. Porém, com toda a certeza, regressaria ao seu progresso humanista, sociocultural, na proteção dos animais, no cuidado com o ambiente, na defesa dos mais pobres, e em tantas outras realidades típicas de uma cidadania participativa, assente em valores éticos e contrária a uma esmagadora conceção “financeirista” da vida. O Voluntariado é uma força transformadora tão grande que tem incomensurável valor, mas nenhum preço que o possa recompensar.

Que o diga o Município da Maia, através do *Compromissum* – tão bela e assertiva designação – que procura estimular, apoiar e reconhecer muitas das áreas em que se pretende a construção do bem coletivo, procurando não deixar ninguém de fora. Por isso, já mereceu ser a Capital Portuguesa do Voluntariado. Aconteceu o ano passado, com realizações muito criativas e com o reforço das que já existem. A cooperação com a CPV foi de excelência. Este ano, foi a vez do Centro Europeu do Voluntariado (CEV) a escolher, também, como Capital, mas a nível europeu. A responsabilidade é maior, mas com tantas boas evidências, no final, o nosso país sairá mais dignificado e o voluntariado nacional e europeu mais enriquecido. Os maiatos têm muito que se orgulhar por serem habitantes de tão nobre concelho, sobretudo, porque nele está

muito patente o que de melhor tem: as suas gentes, com particular relevo, para as que fazem da sua vida um dom, para os outros e para toda a Criação. Porque vivemos num tempo que aponta para uma nova era que, como disse o Papa Francisco, já não é apenas de mudanças dentro desta época, mas mesmo “*uma mudança de época*”, onde estas transformações, inevitavelmente, terão repercussões na maneira de se exercer a cidadania, neste âmbito, de praticar o voluntariado. Desde logo, a grande revolução no setor digital, porque «*a sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos*»<sup>3</sup>, constatação muito assertiva de Bento XVI. Sem pôr em causa a importância destas novas ferramentas facilitadoras do acesso a muita informação e de realizações mais céleres em vários domínios, elas têm de continuar ao serviço das pessoas e não as dominar e/ou isolá-las. Não tenho dúvidas de que as novas tecnologias digitais poderão vir a ser úteis na concretização de práticas de voluntariado. Há que fazer uma aprofundada reflexão para que se saiba de que maneira, em que situações e com que limites, pois há que salvaguardar a privacidade dos destinatários em determinados contextos. Mas, a força e genuinidade da ação dos voluntários está na relação que estabelece com os outros, baseada na empatia que se transforma em simpatia, e, muitas e muitas vezes, em amizade. Mesmo na relação com os animais, ou com o ambiente, os voluntários emprestam muitas das suas sinergias positivas e nos tipos de cuidado, agem sempre com um sentido de responsabilidade, resultante da livre vontade de agir, a que qualquer “androide” jamais se conseguirá igualar. Com a desumanização das relações, o ideal da fraternidade, um dos evidenciados pela Revolução Francesa, e a designada “amizade social” ficam comprometidas. Como referi, é já relevante a ação concretizada pelo Município da Maia. Haverá muitas outras que, no aprofundamento da realidade em todas as suas dimensões, se virão a verificar imperiosas. É que este conhecimento não é estático, nem sempre se espelha no seu verdadeiro realismo, apenas por métodos estatísticos. Incentivar as relações de proximidade, penso que poderia ser o meio mais seguro para descobrir novas necessidades

3. Cf. . Bento XVI, Carta Encíclica *Caritas In Veritate* (29 de junho de 2009), Paulinas Editora- Secretariado Geral do Episcopado, Prior Velho 2009, 19.

ou o agravamento de outras existentes. Para as pessoas que não querem assumir compromissos regulares, poderiam, no seu prédio, bairro, empresa, escola, ...serem as “*antenas do necessário*” e assim o referenciaríamos às Juntas de Freguesia ou aos coordenadores do *Compromissum*, através de uma simples aplicação no telemóvel.

A distinção da Maia ser Capital Europeia do Voluntariado e de Vila Nova de Gaia, a Capital Portuguesa do Voluntariado, coincide com a decisão da Organizações das Nações Unidas de fazer com que, 2026, seja o Ano Internacional dos Voluntários (AIV) com o enfoque no desenvolvimento sustentável. Estas iniciativas não se podem confinar à realização de um maior número de ações do que as já habituais. Não passaria de um megafestival do voluntariado. Há que aproveitar esta oportunidade para refortalecer as dinâmicas do voluntariado já existentes; acrescentar maiores e melhores condições para a sua prática; difundir o muito que já existe; envolver o Estado e todos os órgãos intermédios da sociedade portuguesa no sentido de se motivarem mais pessoas; atualizar a lei vigente para que possa responder às transformações que foram acontecendo nos últimos anos; criar um programa estratégico para que o voluntariado ocupe o lugar que lhe pertence no desenvolvimento sustentável do país; mobilizar mais os jovens, através de ações em que eles sejam protagonistas e não meros fazedores de coisas. Devido a várias vicissitudes, já estamos com um atraso considerável na dinamização do AIV. A CPV tem, há muito, o seu programa determinado. Pelo menos, uma vez por mês, há sempre uma atividade a acontecer. Muito mais poderá fazer se lhe forem dotados, por parte do Governo, meios para poder ir mais longe. O que se pretende é que cada uma das iniciativas deixe sementes que façam florescer, nos anos seguintes, uma maior expansão do voluntariado e que este responda aos desígnios de um país prenda de esperança em tempos novos, construídos por quem sabe que pode ser a parte da solução e nunca do problema, e que não se resigna a ser “velho do Restelo”.

Para vivermos em democracia e para que ela se torne mais robusta, é necessário, sem dúvida, que todos cumpram o direito que têm de escolher quem querem que os governe. Não é apenas um direito, mas deveria ser assumido como um dever. Este é um primeiro passo para que o povo seja

protagonista da sua História, mas não é o único. A possibilidade que a democracia dá, alavancada no cumprimento de uma liberdade responsável, de se participar na construção dessa História, é fundamental. Se a dimensão participativa não for bem ativa, a democracia corre riscos de enfraquecimento e, mesmo de se esboroar devido a expectativas frustradas de melhores condições de vida. Um dos pilares de um regime democrático é a subsidiariedade. Esta dinâmica também tem a ver com o desenvolvimento sustentável, na medida em que permite que as comunidades identifiquem as suas próprias necessidades e encontrem as adequadas soluções, em vez destas lhes serem, externamente, impostas. A subsidiariedade, bem assumida, anima a participação ativa de todos na vida pública e nas decisões que mais lhes dizem respeito, promovendo uma cultura de envolvimento cívico. É por isso que Portugal continua a contar com o *Compromissum* de todos e em tudo o que for necessário.

(\*) Presidente da Confederação Portuguesa do Voluntariado Licenciado em Ciências Religiosas, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

Possui um extenso currículo no âmbito social e eclesial, quer a nível regional, quer a nível nacional

Entre outras distinções honoríficas, é titulado em 2007 com a Ordem de Mérito de Grande Oficial e em janeiro de 2026 o Papa Leão IX condecora-o com a Medalha “Pro Ecclesia et Pontifice”.



# A GEOGRAFIA DA SOLIDARIEDADE: UMA VISÃO ABRANGENTE SOBRE O VOLUNTARIADO

Mário Nuno Neves (\*)



Existe uma linguagem universal que transcende fronteiras, idiomas e sistemas económicos. Não é escrita em tratados diplomáticos nem codificada em algoritmos financeiros; manifesta-se no gesto discreto de quem oferece o seu tempo sem expectativa de retorno. O voluntariado, na sua essência mais pura, é a expressão máxima, e mais clara, da cidadania global. Num mundo cada vez mais fragmentado por conflitos geopolíticos e desigualdades estruturais, compreender o voluntariado requer uma análise profunda do seu enquadramento histórico, cultural e social à escala planetária.

A história do voluntariado é, inevitavelmente, a história da organização da compaixão humana. Nas civilizações antigas, o impulso para ajudar o próximo estava intrinsecamente ligado ao sagrado.

No Cristianismo, a caridade era uma via de salvação; no Islão, o Zakat estabelece a esmola como um dos cinco pilares da fé; no Hinduísmo e no Sikhismo, o conceito de Seva preconiza o serviço desinteressado como caminho espiritual. Durante milénios, a assistência aos vulneráveis, aos mais frágeis, foi domínio das instituições religiosas, operando numa lógica vertical de benevolência.

A viragem decisiva para o voluntariado moderno ocorre no século XIX, com o surgimento do humanismo secular. A fundação do Comité Internacional da Cruz Vermelha, em 1863, por Henry Dunant, marca o nascimento do voluntariado organizado e neutro, desvinculado do proselitismo religioso e focado na dignidade humana universal.

No século XX, pós-Segunda Guerra Mundial, a criação das Nações Unidas e, posteriormente, do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV) em 1970, institucionalizou a solidariedade como um mecanismo de paz e desenvolvimento internacional. O voluntariado deixou de ser apenas um ato de piedade local para se tornar uma ferramenta de construção da paz global.

Culturalmente, o voluntariado assume especificidades distintas consoante a latitude. No Ocidente, fortemente influenciado pelo individualismo liberal, o voluntariado é muitas vezes encarado como uma escolha cívica, uma forma de participação democrática e de realização pessoal. É a cultura do “*giving back*” (devolver) comum nos Estados Unidos e na Europa, onde a sociedade civil organizada complementa o Estado-Providência.

Contudo, noutras geografias, a lógica é comunitária. Em muitas sociedades africanas, vigora a filosofia do Ubuntu – “eu sou porque nós somos”. Aqui, o voluntariado não é uma atividade separada da vida quotidiana, mas uma extensão natural da interdependência comunitária. A ajuda não é organizada por uma ONG externa, mas emergente da própria teia social. Na Ásia, particularmente em culturas influenciadas pelo Budismo e Confucionismo, o voluntariado pode estar ligado ao dever familiar ou à harmonia social, onde o anonimato do gesto é valorizado acima do reconhecimento público.

Esta diversidade cultural enriquece o conceito, mas também gera tensões. A globalização do voluntariado trouxe consigo o fenómeno do “voluntarismo”, onde cidadãos do Norte Global se deslocam ao Sul Global para “ajudar”. Embora bem-intencionado, este movimento é frequentemente criticado por perpetuar dinâmicas neocoloniais, onde a solução é imposta de fora para dentro, ignorando o conhecimento local e a autonomia das comunidades. O desafio cultural contemporâneo reside em equilibrar a solidariedade transnacional com o respeito pela soberania e liderança local.

Socialmente, o voluntariado tornou-se um pilar indispensável para a sustentabilidade do planeta. As Organizações Não Governamentais (ONG) e a sociedade civil organizada são, hoje, parceiros críticos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Seja na resposta a crises humanitárias, como as guerras na Síria ou na Ucrânia, seja no combate às alterações climáticas através de movimentos como o “Fridays for Future”, o voluntariado preenche lacunas que os governos e o setor privado não conseguem, ou não querem, colmatar.

O voluntariado atua como um termómetro da saúde social de uma comunidade. Sociedades com altas taxas de voluntariado tendem a apresentar maiores níveis de confiança interpessoal e coesão social. No entanto, existe um risco estrutural: a substituição. Em contextos de austeridade, há a tentação de os Estados delegarem responsabilidades públicas fundamentais para o setor voluntário. É imperativo reconhecer que o voluntariado deve ser um complemento à ação estatal, e não um substituto que precariza direitos sociais básicos.

Além disso, a revolução digital reconfigurou o panorama social do voluntariado. O “voluntariado *online*” permite que um especialista em TI na Maia ajude uma escola no Quênia, ou que um tradutor em Buenos Aires apoie refugiados na Grécia. Esta democratização do acesso remove barreiras geográficas e físicas, permitindo uma participação mais inclusiva, embora coloque novos desafios quanto à sustentabilidade do compromisso e à qualidade da intervenção.

Olhando para o horizonte, o voluntariado enfrenta o teste das grandes crises existenciais do século XXI. A emergência climática exige um voluntariado de “*advocacy*” e de ação direta sem precedentes. A migração em massa requer redes de acolhimento que ultrapassem as fronteiras nacionais.

O futuro do voluntariado passa pela profissionalização da gestão do impacto. Não basta querer ajudar; é preciso saber como ajudar de forma eficaz, ética e sustentável. As organizações globais devem investir na formação dos seus voluntários, tratando-os como ativos estratégicos e não como mão de obra gratuita. É necessário fomentar uma cultura de voluntariado que seja inclusiva, quebrando barreiras de género, idade e condição socioeconómica, garantindo que a solidariedade não é um privilégio de quem tem tempo livre, mas um direito de participação de todos.

O voluntariado é, em última análise, a afirmação de que a humanidade partilha um destino comum. Num planeta onde as notícias de conflito e divisão dominam a comunicação social, o voluntariado lembra-nos silenciosamente que a cooperação é possível. Da aldeia remota que se organiza para construir um poço, às grandes brigadas internacionais que respondem a terremotos, o fio condutor é o mesmo: a recusa em aceitar a indiferença.

Para que o voluntariado continue a ser um farol de esperança, deve evoluir. Deve abandonar paternalismos, abraçar a diversidade cultural e integrar-se numa visão de justiça social global. Numa era de interdependência planetária, o bem-estar de cada um está intrinsecamente ligado ao bem-estar de todos. O voluntariado não é apenas o que fazemos pelos outros; é o que fazemos por nós, enquanto espécie.

(\*)Doutor em Ciência Política, Cidadania e Relações Internacionais  
Autarca  
Docente Universitário





## VOLUNTARIADO: UMA PRÁTICA DE RECONSTRUÇÃO RELACIONAL DO MUNDO

Rui Marques (\*)

Vivemos um tempo profundamente paradoxal. Nunca tivemos tantas formas de comunicar, tantas ferramentas de ligação, tantas possibilidades de contacto — e, ainda assim, nunca foi tão frequente experimentar a distância, a solidão e a fragmentação. A vida contemporânea, especialmente nos contextos urbanos e periurbanos, como é o caso da Maia, organiza-se muitas vezes numa lógica acelerada, funcional e instrumental, onde as relações tendem a ser mediadas pela utilidade, pelo tempo escasso e pela pressão do desempenho. Neste cenário, torna-se visível um fenómeno silencioso, mas estruturante: um empobrecimento progressivo da qualidade das relações humanas.

É neste contexto que o voluntariado ganha uma nova relevância. Não apenas como resposta a necessidades sociais, económicas ou materiais, mas como uma possibilidade concreta de reconfiguração do modo como nos relacionamos enquanto sociedade. No entanto, para compreender verdadeiramente o potencial do voluntariado, é necessário ir além da sua definição mais comum. Tradicionalmente, o voluntariado é entendido como uma ação livre, não remunerada, orientada para o bem do outro. Esta definição, embora correta, não esgota o fenómeno. O que muitas vezes permanece invisível é que, em qualquer ato de voluntariado, não está apenas em jogo um gesto de ajuda, mas uma relação. E é nessa relação que se joga, em grande medida, o seu verdadeiro impacto.

Quando o voluntariado é vivido apenas como prestação de ajuda, corre o risco de reproduzir assimetrias e desigualdades simbólicas. Quem ajuda pode, ainda que involuntariamente, ocupar um lugar de superioridade, enquanto quem recebe pode sentir-se reduzido à sua condição de necessidade. Contudo, quando o voluntariado é vivido como relação, transforma-se profundamente. Passa a ser um espaço de encontro entre pessoas, onde ambas são reconhecidas na sua dignidade, na sua história e na sua singularidade. Mesmo quando há uma assimetria objetiva — de recursos, de condições de vida ou de vulnerabilidade — pode existir reciprocidade ao nível humano. E é essa reciprocidade que permite que o voluntariado deixe de ser apenas intervenção e passe a ser experiência de encontro.

É neste ponto que o conceito de qualidade relacional se torna particularmente relevante. Falar de qualidade relacional é falar da forma como nos relacionamos: da presença que colocamos na relação, da capacidade de escuta, do respeito mútuo, da confiança que se constrói ao longo do tempo, do reconhecimento do outro como alguém que importa. Um voluntariado de elevada qualidade relacional não se mede apenas pelo número de horas dedicadas ou pelo volume de respostas dadas, mas pela qualidade da experiência vivida por todos os envolvidos. Pergunta-se, nesse sentido, não apenas “quantos foram apoiados?”, mas também “como se sentiram?”, “houve encontro?”, “houve reconhecimento?”, “houve transformação?”.

Esta perspetiva ganha ainda mais importância quando olhamos para aquilo que alguns autores têm vindo a designar como uma espécie de “recessão relacional”. Trata-se de um fenómeno que atravessa diferentes sociedades e contextos, caracterizado por uma

fragilização dos vínculos sociais, por um aumento da solidão e por uma crescente dificuldade em sustentar relações significativas. Este fenómeno manifesta-se tanto entre populações mais envelhecidas, frequentemente marcadas pelo isolamento, como entre os mais jovens, que, apesar de altamente conectados digitalmente, revelam níveis elevados de desconexão emocional e social. Neste quadro, o voluntariado pode ser entendido como uma resposta não apenas à pobreza material, mas também à pobreza relacional.

Quando um voluntário visita regularmente uma pessoa idosa que vive sozinha, não está apenas a ocupar um tempo vazio. Está a restituir presença, a devolver visibilidade, a reconstruir um vínculo que, muitas vezes, se foi perdendo ao longo do tempo. Do mesmo modo, quando um jovem se envolve num projeto comunitário no seu território, não está apenas a contribuir para a resolução de um problema concreto; está a construir a sua identidade, a experimentar o impacto da sua ação no mundo e a desenvolver um sentido de pertença que é fundamental para o seu desenvolvimento pessoal e social. O voluntariado, neste sentido, torna-se uma prática de “re-tecelagem” do tecido social, um espaço onde se recriam ligações que sustentam a vida coletiva.

Se quisermos ir ao essencial, podemos afirmar que o maior impacto do voluntariado não reside apenas nos resultados visíveis e imediatos, mas na transformação das relações. A ideia de “melhores relações” ajuda-nos a compreender este ponto. Não se trata apenas de aumentar o número de interações, mas de promover relações com maior qualidade, mais significativas, mais humanas. Um projeto de voluntariado pode, por exemplo, distribuir bens essenciais a quem deles necessita, mas pode também, e sobretudo, criar confiança entre pessoas, reduzir o estigma associado à vulnerabilidade, aproximar gerações e fortalecer o sentido de comunidade. Quando isso acontece, o impacto deixa de ser pontual e torna-se estruturante, porque melhores relações geram comunidades mais resilientes, mais coesas e mais capazes de enfrentar desafios complexos.

No entanto, é importante reconhecer que nem todo o voluntariado gera, automaticamente, boas experiências relacionais. A boa intenção, por si só, não garante a qualidade da relação. Existem situações em que, apesar da vontade de ajudar, se pode invadir em vez de respeitar, falar em vez de escutar, resolver em vez de capacitar, ou até reforçar dependências em vez de promover autonomia. É neste contexto que se torna fundamental desenvolver aquilo a que podemos chamar literacia relacional. Trata-se da capacidade de compreender, cuidar e desenvolver relações de qualidade, reconhecendo a sua complexidade e a sua centralidade na vida humana.

Um voluntário com literacia relacional é alguém que sabe que a ação começa antes do gesto. Sabe que é necessário escutar antes de intervir, compreender antes de propor soluções, reconhecer o outro para além da sua circunstância. Sabe também que cada pessoa e cada contexto exigem uma abordagem própria, sensível às diferenças culturais, emocionais e sociais. Desenvolver literacia relacional implica, por isso, um trabalho contínuo sobre si próprio, sobre a forma como se está na relação e sobre o impacto que se tem no outro. Não se trata de uma competência inata, mas de uma aprendizagem que pode e deve ser promovida no âmbito dos programas de voluntariado.

Neste enquadramento, a questão de saber se o voluntariado é um impulso, uma imanência, uma redenção ou um projeto deliberado de intervenção cidadã ganha uma nova profundidade. O voluntariado pode, de facto, nascer de

um impulso — de uma emoção, de uma indignação face a uma injustiça, de uma empatia perante o sofrimento alheio. Pode também ser uma disposição mais contínua, uma forma de estar no mundo que integra o cuidado do outro como parte da própria identidade. Em alguns casos, pode assumir uma dimensão de procura de sentido ou de reparação pessoal. Mas o voluntariado pode e deve ser também entendido como um projeto deliberado de intervenção cidadã, no sentido mais nobre do termo político. Não é um ato neutro. Ao envolver-se em práticas de voluntariado, cada cidadão está, de alguma forma, a contribuir para a construção de um determinado modelo de sociedade. Um voluntariado estruturado, articulado com as políticas públicas e sustentado por uma visão de longo prazo pode desempenhar um papel relevante na redução de desigualdades, na promoção da participação cívica e na construção de culturas de solidariedade e corresponsabilidade. Neste sentido, o voluntariado não substitui o Estado nem as instituições, mas complementa-os, enriquecendo o tecido social com práticas de proximidade e de cuidado que dificilmente podem ser totalmente institucionalizadas.

Há, contudo, uma dimensão do voluntariado que ultrapassa todas estas categorias e que se prende com aquilo que poderíamos designar como uma expansão da experiência humana. O voluntariado tem a capacidade de nos deslocar — não apenas geograficamente, mas existencialmente. Pode começar no espaço mais próximo, no contacto com os vizinhos, na participação em iniciativas locais, no envolvimento em associações do território. Mas pode também levar-nos a contextos mais distantes, a realidades profundamente diferentes, a experiências interculturais que desafiam as nossas referências e ampliam o nosso olhar sobre o mundo.

O essencial, no entanto, não está na distância percorrida, mas na qualidade do encontro. Uma relação significativa construída no próprio bairro pode ser tão transformadora como uma experiência num contexto internacional. O que está em causa não é tanto “ir ajudar”, mas permitir que o outro entre no nosso horizonte de significado. O voluntariado, neste sentido, não é apenas um movimento em direção ao outro, mas um alargamento do próprio mundo interior.



Para os cidadãos da Maia, este é um momento particularmente relevante. A designação como Capital Europeia do Voluntariado em 2026 constitui uma oportunidade única para reforçar práticas de cidadania ativa e para experimentar novas formas de participação comunitária. Este envolvimento pode começar por gestos simples, como estar atento ao que acontece no próprio território, identificar necessidades próximas, envolver-se em iniciativas locais ou integrar estruturas organizadas que já desenvolvem trabalho junto de diferentes populações. Pode também passar pela participação em programas promovidos pelo município ou por outras entidades, que criem condições para um voluntariado mais estruturado e sustentado.

No entanto, mais do que a forma concreta que assume, o essencial é a continuidade. O voluntariado não se esgota num gesto pontual. É na repetição, na presença ao longo do tempo, na construção de relações consistentes que se produz verdadeiro impacto. É aí que se gera confiança, que se criam vínculos e que se abrem possibilidades de transformação mais profunda.

Num mundo marcado por tantas tensões e fragmentações, o voluntariado pode ser um espaço de recomposição. Mas essa possibilidade depende da forma como o vivemos. Se for entendido apenas como ação, o seu alcance será limitado. Se for vivido como relação, pode tornar-se profundamente transformador. Talvez possamos, então, dizer

que o voluntariado é, antes de mais, uma prática de humanidade. Uma prática onde reconhecemos o outro como alguém que importa, onde nos deixamos também transformar e onde contribuímos, ainda que de forma discreta, para a construção de um mundo com melhores relações. E talvez seja precisamente isso que o nosso tempo mais necessita: não apenas mais respostas, mais soluções ou mais recursos, mas mais relações que cuidam, que ligam e que sustentam a vida comum.

(\*) Médico pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa  
Mestre em Ciências da Comunicação e Indústrias Culturais pela Universidade Católica Portuguesa

Doutor em Sociologia Económica e das Organizações pelo ISEG – Lisbon School of Economics & Management.

Fundador da “Forum Estudante”, da “CAIS”, a “PAR” e o IPAV, foi também Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Detentor de um extenso currículo em diversas áreas no domínio da Acção Social, notabilizou-se em 1992 como activista coordenador do “Lusitânia Expresso”, o barco que tinha como destino o Cemitério de Santa Cruz em Dili, Timor, para homenagear os mortos do massacre perpetrado pelo regime ocupacionista indonésio, numa acção que teve grande impacto universal e colaborando no processo que veio a determinar a independência de Timor-Leste.

Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique  
Ordem de Timor-Leste.

Coordena actualmente o Relational Lab e assume a Presidência do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Setúbal.



# DA MAIA PARA O MUNDO: QUANDO A ACÇÃO LOCAL SE TRANSFORMA EM MUDANÇA GLOBAL NO ANO INTERNACIONAL DO VOLUNTARIADO 2026

Julie Park (\*)



Após cada crise, as águas acabam por recuar, as manchas desaparecem e o olhar do mundo desloca-se para outros lugares. Mas na Maia, como em tantas comunidades espalhadas pelo mundo, há sempre alguém que fica. Fica para ajudar um vizinho a remover a lama da soleira da porta, para fazer companhia a uma pessoa idosa que já não tem ninguém por perto, para reconstruir aquilo que se perdeu. E fá-lo não porque lhe foi pedido, mas porque compreende, de forma profunda, o que significa pertencer a uma comunidade.

Portugal conhece bem esta realidade. No início deste ano, em Janeiro de 2026, uma sucessão de tempestades provocou cheias de uma dimensão sem precedentes, atingindo níveis que não se registavam há várias décadas. Embora a escala da emergência tenha sido nacional, a resposta foi, acima de tudo, local. Na Maia, a diferença não foi feita por uma directiva administrativa ou por uma determinação formal. Foi feita pelos voluntários da comunidade. Muitos deles igualmente afectados pela tempestade, trabalharam

durante dias e noites para desobstruir caminhos, apoiar famílias e assegurar aquela ajuda silenciosa que raramente surge nas estatísticas: a distribuição de mantas secas, a partilha de refeições quentes ou a simples presença junto de quem precisava de conforto e companhia.

Esta é uma das verdades mais profundas do voluntariado. Não se trata de caridade exercida à distância. Trata-se da escolha consciente de afirmar: a tua vida está ligada à minha, e essa ligação merece ser protegida.

É também neste ponto que a perspectiva global do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV, sigla em Inglês) se cruza com as ruas da Maia. O UNV reconhece o voluntariado como um pilar fundamental do desenvolvimento liderado pelas pessoas, não apenas como um gesto de solidariedade, mas como uma prática quotidiana através da qual as sociedades se fortalecem, se unem e se tornam mais resilientes. É por isso que a ideia de «pensar global, agir local» continua tão actual. Os grandes desafios do nosso tempo — as mudanças climáticas, os movimentos

forçados de populações, as desigualdades sociais e económicas — têm uma dimensão global, mas manifestam-se de forma concreta na vida das pessoas e das comunidades. Sentem-se em ruas específicas, em bairros concretos e na experiência quotidiana de cidadãos reais. Os problemas globais não se resolvem em abstracção; resolvem-se, passo a passo, através da acção de pessoas que decidem envolver-se.

O Ano Internacional do Voluntariado 2026 constitui, por isso, um convite dirigido a todos os cidadãos da Maia para escolherem o compromisso em vez da indiferença, a participação em vez da passividade, a construção da mudança em vez da espera por ela. Esse compromisso pode assumir formas simples e quotidianas: tornar os espaços locais verdadeiramente acessíveis, acolher e valorizar as tradições dos novos vizinhos que chegam à comunidade ou proteger o património ambiental que partilhamos. São estes gestos que dão corpo à cidadania global.

Quando acolhemos quem chega ou garantimos que um serviço, um comércio ou um espaço público está efectivamente aberto a todos, não estamos apenas a praticar um acto de gentileza. Estamos a concretizar um princípio fundamental reconhecido pelas Nações Unidas: a mudança sustentável só acontece quando é assumida, construída e protagonizada pelas próprias pessoas. É nesse momento que percebemos que cada esforço local integra um impacto global duradouro.

Para a Maia, Capital Europeia do Voluntariado, esta distinção assume, neste ano particularmente simbólico, o significado simultâneo de uma honra e de uma responsabilidade. À medida que percorremos o Ano Internacional do Voluntariado, somos chamados a ir além do reconhecimento e do aplauso, garantindo aos voluntários aquilo



de que verdadeiramente necessitam: protecção adequada, recursos suficientes, condições para actuar e uma participação efectiva nos processos de decisão.

Que 2026 represente mais um passo neste caminho. E que a Maia continue a afirmar-se, hoje e no futuro, como uma cidade onde o voluntariado não é apenas celebrado em palavras, mas demonstrado diariamente pelas acções dos seus cidadãos.

(\*) Mestre em International Crime and Justice

Project Specialist na sede em Bona da United Nations Volunteers (UNV), onde lidera a promoção do International Volunteer Year 2026.

Ao longo de 10 anos trabalhou na UNICEF em Istambul e no Department of Peacekeeping em Nova Iorque.

É originária da Coreia.

Nota do Editor: a versão portuguesa do texto foi elaborada com recurso a um auxiliar de Inteligência Artificial segundo orientações específicas e tendo sido posteriormente sujeita a uma revisão final da minha responsabilidade

**Legenda das fotografias:** Innocent Mugisha Muturambirwa, do Ruanda, é Especialista em Monitorização, Avaliação e Elaboração de Relatórios na área da Consolidação da Paz, ao serviço do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) na Guiné-Bissau, trabalhando em conjunto com Inês Bastos (de Portugal), Oficial de Projecto do PNUD.

O contacto com as comunidades locais constitui uma plataforma onde os habitantes das aldeias podem manifestar as suas preocupações, abrangendo questões como o acesso à água, aos cuidados de saúde e à justiça nas zonas mais remotas.

Durante a sua missão, ministrou formação a mais de 60 membros das equipas de diversos projectos em Monitorização e Avaliação da Consolidação da Paz.

Innocent prestou igualmente apoio técnico na elaboração de propostas de projectos no âmbito das Iniciativas para a Promoção da Igualdade de Género e da Juventude (Gender and Youth Promotion Initiatives – GYPI). Estas iniciativas representam o compromisso do Fundo com uma consolidação da paz inclusiva. Apoiam a capacitação das mulheres, promovem a igualdade de género e reconhecem o papel importante e positivo que os jovens desempenham na consolidação da paz.

Crédito: UNV/Elca Pereira



# FRATELLI, UM LUGAR DE FRATERNIDADE EM SIDON, LÍBANO

Teresa Ascensão (\*)

É fácil ficar distraído diante de inúmeras realidades que nos rodeiam, quer porque nos ficam geograficamente distantes, quer porque não estamos emocionalmente envolvidos. Perante notícias tontas, imediatas e escandalosas que nos chegam diariamente pelos meios de comunicação social, perante os nossos próprios sofrimentos, dilemas e preocupações, é compreensível que não consigamos oferecer atenção para mais um foco de injustiça do outro lado do mundo e não consigamos ter capacidade para acolher mais uma tragédia que acontece àqueles que estão lá distantes e dos quais nem sabemos o nome.

É, por isso, fácil para o Líbano ficar esquecido. Um país pequenino - dez vezes menos do que Portugal - com um sistema político tremendamente complexo, tendo tido nos últimos anos vários períodos sem conseguir eleger um Presidente da República e um Governo e com uma história recente de recomeços atrás de recomeços sem conseguir levantar-se. Um país, que apesar dos dons e bens que possui, quer humanos, quer naturais, não consegue, ainda, ser uma nação próspera e reconhecida.

É fácil esquecer este país mergulhado numa grande crise económica e social há muitos anos, onde vivem cerca de 4 milhões de libaneses, mas não só. Para além destes, vivem também lá, há várias décadas, cerca de 300 mil palestinos. Refugiados. E na última década e meia juntaram-se a estes um milhão e meio de sírios. Refugiados. E nos últimos anos, desde aquele dia 7 de Outubro de 2023, o conflito na zona Sul e Leste do Líbano entre o Hezbollah e Israel foi gerando continuamente novos movimentos de fuga. Mais refugiados. E no último ano, com uma brutal escalada deste conflito, tudo isto se alterou uma vez mais. Houve novos movimentos de fuga, tanto de sírios como de libaneses, cruzando a fronteira do Líbano para a Síria - o único país para onde, apesar de tudo, alguns podem fugir por terra. Refugiados sírios no Líbano e refugiados libaneses na Síria. Além de tudo isto, com os acontecimentos dos últimos meses, o número de deslocados internos voltou a escalar, famílias inteiras que abandonaram as suas casas e as suas terras para fugir dos bombardeamentos massivos que têm destruído brutalmente este país. Estima-se que sejam mais de 1 milhão (mais de 25% da população total) de deslocados internos, chamemos-lhes assim desta vez para evitar dizer novamente a mesma palavra. Refugiados. Não dá para evitar.

Mas a boa notícia é que nem todos se distraem. Nem todos se esquecem. E é fruto da atenção e da vigilância que surge o projecto *Fratelli*, neste mesmo país, o Líbano. Neste país habitado por todos estes conflitos e fugas, dentro deste movimento de vai e vem, deste movimento de acolher e ser acolhido, os Irmãos Maristas e os Irmãos das Escolas Cristãs (Irmãos De La Salle) - dois institutos da Igreja Católica - começaram a criar, juntos, há dez anos, *Fratelli*. Creio que o nome já diz de si. O primeiro passo foi formar uma comunidade de irmãos neste lugar de fronteira, abrindo-se, juntos, ao serviço destes grupos marginalizados e vulneráveis. Refugiados.

*Fratelli* está sitiado em Sidon, a cidade que é em si mesmo fronteira entre o chamado sul e norte do Líbano. A cidade para onde correm os que fogem do sul, da fronteira com Israel e abaixo do rio Litani - referência tão frequente nos avisos de evacuação do exército israelita. A cidade para onde correm os que fogem do norte, dos bairros xiitas a sul de Beirute - referências tão frequentes nos avisos de evacuação do exército israelita. Sidon é, assim, lugar de encontro de deslocados. Para além dos refugiados palestinos e sírios. E dos libaneses. Não vale a pena repetir. Ou vale?

E é nesta cidade que está *Fratelli*. Um lugar de irmãos. Um lugar de fraternidade. No meio de tantos confrontos e inimigos, encontramos um lugar onde convivem diariamente irmãos. E refiro-me à comunidade residente, claro. Que aí está como presença fraterna. Mas refiro-me também às centenas de crianças, jovens, mulheres e homens que habitam este espaço diariamente. Quer seja para brincar, para estudar, para jogar futebol ou basquetebol, para aprender um novo ofício, para simplesmente conversar. Quando as bombas se ouvem ao longe - quando são ao longe - quando os aviões passam a rasgar a barreira do som ou quando os drones não deixam descansar o estado de alerta, em *Fratelli* encontra-se o oásis - como disse uma jornalista de uma televisão espanhola. Até nestas horas é possível ouvir os risos de crianças ou o grito típico das mulheres enquanto dançam ou os festejos de um golo bem marcado. A fraternidade é uma casa grande e espaçosa com lugar para todos, sem se resumir apenas a um slogan. Nesta casa convivem muçulmanos sunitas e muçulmanos xiitas, cristãos de tradição católica, ortodoxa e protestante, de ritos diferentes também. Drusos também. Convivem libaneses,



sírios, palestinos, marroquinos, espanhóis, malgaxes, mexicanos e, enquanto lá estivemos, portugueses, também. Todos. Todos os dias. É possível.

E o que melhor se pode contar da nossa presença em *Fratelli*, em Sidon, no Líbano, é que pudemos testemunhar tudo isto. Sou a Teresa, casada com o Zé, pais da Maria de 9 meses e somos uma família missionária que procura viver a sua fé e vocação dentro do carisma redentorista - mais um instituto para juntar à diversidade.

Conhecemos o projecto *Fratelli* através de um irmão amigo e decidimos ir conhecê-lo há uns anos, durante um mês, também como inspiração para o projecto pelo qual estávamos responsáveis na altura. Em Maio de 2024, numa fase de transição na nossa vida e por conhecermos a realidade que estava a ser vivida no Líbano, propusemo-nos como voluntários por um ano.

Fomos como voluntários. E o que melhor podemos contar da nossa vida durante este ano foi o que vimos e ouvimos. No meio da guerra, dos conflitos, de muito sofrimento e muita injustiça, vimos homens e mulheres, crianças e jovens a ser humanos. De verdade. A mostrar o melhor que têm dentro de si. A não se deixarem sucumbir diante do monstro da guerra e do ódio. A construir pontes e diálogo. A partilhar a casa que é curta para seis - às vezes um casebre com telhado de chapa - com mais seis que vêm fugidos do sul apenas com a roupa que trazem no corpo. Vimos homens a não desistir de construir o futuro, plantando tomates e pepinos e flores. Flores. Vimos mulheres que não deixaram de costurar as roupas para os seus filhos e filhas e para os vizinhos e para os filhos dos vizinhos.

E a cozinhar para os outros. Sempre para os outros. Vimos crianças que não deixaram de brincar, que é o melhor trabalho que têm para oferecer à humanidade. Ver e ouvir as crianças a brincar diariamente no espaço de *Fratelli*, é vida oferecida e recebida de maneira gratuita. O riso de uma criança pode ser mais forte do que o barulho de uma bomba. E isso é uma definição completa de Esperança.







É possível que o termo *voluntário* esteja maioritariamente associado a alguém muito activo, que faz muitas coisas, que é solução de problemas e que se torna, por isso, insubstituível. Isso não podemos testemunhar. Voluntariamente dispusemo-nos a fazer parte de uma presença que se constrói dia-a-dia, qual formiga trabalhadora. No mais ordinário que pode ser preparar uma refeição para os da casa, no mais extraordinário que pode ser preparar um plano de emergência de ajuda humanitária. No mais ordinário que pode ser lavar coletes transpirados de rapazes e raparigas que passaram a manhã a jogar à bola, no mais extraordinário que pode ser visitar famílias e famílias de deslocados. O que se pode oferecer é a presença. O permanecer. É o assumir juntos as horas de alegria e de tristeza, as horas de assombro e de descanso, as horas de guerra e de paz. Sabendo também que nunca seremos iguais. Porque na hora em que as diferentes embaixadas avisam os cidadãos dos seus países que devem abandonar este pedaço de terra, estes são os que não têm embaixada, nem cidadania. Estes são os que não têm lugar nos voos de repatriamento, nem sequer país para onde voltar.

Somos cristãos. E, entre vários possíveis, esse foi o imperativo para irmos. Fomos atrás do Deus de Jesus, que já lá estava muito antes de nós. A presença que procurámos ser é uma réplica - como as dos sismos - de uma Presença Maior na qual cremos. Porque o Deus em quem acreditamos é um Deus que procura a proximidade. Longe dos deuses do Olimpo que competiam com os humanos, longe daquele ente todo-poderoso e grandioso e majestoso que ocupa a nossa imaginação, o Deus que nos conta Jesus quer estar próximo dos humanos porque acredita que a humanidade destes é divina. E se escrevemos estas coisas é porque as vimos também. Um Deus ocupado de grandezas jamais conseguiria sentar-se no banco do autocarro em cada manhã ao lado da Malaak e do Abdellah. Mas esse Deus em que acreditamos é um Deus que se aproxima dos mais pequenos, os mais vulneráveis, os mais sem nada, porque sabe que se conquistar esses, como um amado conquista a sua amada nas epopeias românticas, não há nenhum que vá ficar para trás. Aqueles que são vítimas de exclusão todos os dias, explorados - sim, escravizados também - tantas vezes e de tantas maneiras... Nem



um fica fora desta aproximação. O Deus em que acreditamos quer amizade com os pequenos, para que ninguém se sinta inferiorizado junto dele. O Deus em que acreditamos constrói fraternidade com todos, começando por esses que os nossos esquemas sociais empurram para os últimos lugares. O tal ente divino que está no alto dos céus é, na verdade, aquele que está no ínfimo lugar da terra.

Em *Fratelli* encontramos a procura deste mesmo movimento: estar próximo dos que não contam, dos que não têm voz, dos que não podem retribuir da mesma forma. Em *Fratelli* acredita-se num mundo ao contrário. Sem pirâmides sociais, mas mesas sociais onde se partilha vida, comida e conversa boa.

Um discípulo de Jesus, chamado Paulo, escreveu uma carta a uma comunidade na Galácia, hoje uma região da Turquia, onde dizia: “Não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, pois todos são um em Cristo Jesus.” E cada vez acredito mais que este é o caminho para uma humanidade mais humana. No Líbano, pudemos ver isso acontecer. Com todos os desafios, com

todas as deficiências, com todas as fraquezas. Sem perfeições. Mas a ser construído.

Ver um mundo novo a nascer, ainda assim, onde à volta tudo está a ser destruído. Ver mãos a plantar futuro quando à volta só há o absurdo. Ver homens e mulheres resistentes, numa força que só pode ter raízes profundas porque não se detecta o rasto, é privilégio que só se pode ver se os olhos se mantiverem abertos.

*Fratelli* continua hoje a ser uma presença viva no meio desta realidade. A comunidade residente permanece e a comunidade educativa também. O site: <https://fratelliilebanon.org/>

e a conta de instagram: <https://www.instagram.com/fratelliproject/> são uma forma de conhecer melhor o projecto e até de colaborar.

(\*) Discípula de Jesus. Casada com o Zé e mãe da Maria.

Todas as fotografias são da autoria do casal de voluntários



# MAIA, CORAÇÃO DO VOLUNTARIADO EUROPEU

## Capital Europeia do Voluntariado 2026: um reconhecimento que honra o passado e constrói o futuro

Mafalda Sofia Roriz (\*)  
Liliana Moutinho (\*\*)  
Cristina Figueiredo Pires (\*\*\*)

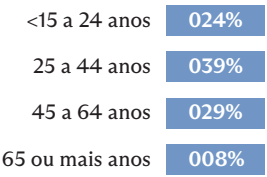
Há uma mulher em Moreira da Maia que todas as semanas recebe um telefonema. Do outro lado da linha, um voluntário. Não há nada urgente a tratar, é apenas uma conversa. Mas, para quem vive sozinho, esta chamada pode ser o momento mais esperado da semana. É neste gesto simples que reside, talvez, a melhor definição do que a Maia quis, é, e quer ser em 2026: um território onde a solidariedade não é um evento. É um modo de ser.

A 30 de janeiro, no Fórum da Maia, realizou-se a cerimónia oficial de abertura da Maia Capital Europeia do Voluntariado 2026. A distinção, atribuída pelo Centro Europeu do Voluntariado (CEV - *Centre for European Volunteering*), coloca o concelho numa lista restrita de cidades europeias reconhecidas pela sua capacidade de mobilizar cidadãos para causas coletivas. Mas o título não nasceu nesse dia. Nasceu ao longo de anos de trabalho silencioso, construído por centenas de pessoas que decidiram dar o seu tempo, e, com ele, transformar a comunidade onde vivem. Reconheceu-o também a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, que em fevereiro distinguiu a Câmara Municipal da Maia com o Galardão Autarquia Voluntária, confirmando que o reconhecimento europeu assenta num percurso sólido e consistente, não num momento de sorte.

### Quem são estas pessoas?

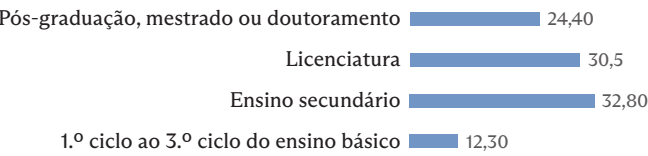
O retrato surpreende quem associa o voluntariado a reformados com tempo disponível. No Centro de Voluntariado da Maia - Compromissum, a realidade é outra: dos 817 voluntários inscritos no final de 2025, a maioria tem entre 25 e 64 anos e concilia a participação comunitária com vida profissional e familiar. Quase um quarto são jovens entre os 15 e os 24 anos, uma geração que chegou ao voluntariado não por falta de alternativas, mas por escolha.

Gráfico 1. Percentagens por grupo etário:



Oito em cada dez residem no próprio concelho.

Gráfico 2. Habilitações literárias dos inscritos:



Os voluntários inscritos, apresentam um perfil globalmente qualificado, com níveis de qualificação académica predominantemente médios e superiores, sendo particularmente relevante o peso dos participantes com ensino secundário e formação superior, o que poderá constituir um fator favorável em processos de capacitação, aprendizagem e participação em iniciativas que exijam competências técnicas e especializadas.

Gráfico 3. Situação laboral



Relativamente à situação laboral dos inscritos, observa-se que os grupos mais representados são os empregados.

Muitos são engenheiros, estudantes, psicólogos, trabalhadores por conta de outrem, pessoas em processo de reintegração, dominam línguas estrangeiras; cerca de um quinto tem competências técnicas avançadas em programação, desenvolvimento *web* ou análise de dados, conhecimentos que colocam ao serviço das causas que escolhem. O que os une não é o perfil, é a motivação: a vontade de ajudar os outros, crescer como pessoas e contribuir para algo maior do que si mesmas.

No Compromissum, cada voluntário percorre um caminho estruturado que começa na inscrição e passa por entrevista e capacitação. Não se trata de boa vontade improvisada, trata-se de participação qualificada, responsável e ajustada às necessidades reais da comunidade.



COMPROMISSUM  
Centro de  
Voluntariado  
da Maia



### Quando a comunidade age antes de ser chamada

Fevereiro trouxe um teste inesperado. As tempestades que varreram o Centro do País deixaram populações em situação de emergência. O Compromissum, em parceria com a Associação Empresarial da Maia (AEMaia), lançou de imediato uma campanha de recolha de bens essenciais, e a resposta foi tão expressiva que a iniciativa, prevista para uma semana, se prolongou por duas. Resultado: cerca de 20 toneladas de ajuda humanitária seguiram da Maia para as zonas afetadas. “Maia Juntos com Quem Precisa” não foi apenas um slogan. Foi a demonstração do que acontece quando existe uma rede organizada e uma comunidade disposta a ativá-la, sem hesitações.



### Plantar hoje para colher amanhã

O voluntariado não se limita às respostas sociais mais imediatas. Em março, o Aeródromo Municipal de Vilar de Luz acolheu uma ação de reflorestação integrada no Programa Municipal de Turismo Sénior: 120 carvalhos-alvarinhos plantados por voluntários e participantes de diferentes gerações, num gesto que é simultaneamente um compromisso ambiental e um legado para o futuro. Cuidar da floresta autóctone é também uma forma de cidadania. Depois, em maio, a realização de uma ação de *Plogging*, que combinou atividade física, convívio e recolha de resíduos em percursos pelo concelho, reforçou esta dimensão ambiental do voluntariado maiato, mostrando que participar pode ser também uma forma de cuidar dos espaços que partilhamos.

### Inovar para responder melhor

Uma das marcas mais distintivas da Capital Europeia do Voluntariado tem sido a capacidade de criar respostas novas para problemas antigos. Em março arrancou o projeto-piloto “Contas sem Nós”, de literacia financeira dirigido a famílias vulneráveis, desenvolvido em parceria com a Junta de Freguesia do Castelo da Maia e o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS). O aspeto mais revelador: é dinamizado por um voluntário do Compromissum que coloca os seus conhecimentos diretamente ao serviço de quem mais precisa. Não é uma palestra, é acompanhamento real, feito por alguém que escolheu estar ali.



Também em março, o projeto “Maia Cuida+” ganhou visibilidade nacional através do programa televisivo Praça da Alegria. A iniciativa criou uma bolsa de voluntários para prestar companhia e apoio a cuidadores informais e às pessoas que cuidam, uma resposta ao isolamento silencioso de famílias que enfrentam diariamente os desafios do cuidado de pessoas dependentes.

Em abril, o Compromissum integrou um voluntário especializado em Psicologia, desenvolvendo em articulação com a Junta de Freguesia da Cidade da Maia e o SAAS um espaço de apoio psicológico para famílias acompanhadas pelos serviços sociais. Escuta, empatia e orientação, oferecidas por alguém que escolheu estar presente.

#### Cuidar de quem cuida

Há um pormenor que diz muito sobre a maturidade do modelo voluntário maiato: o programa “Conversas d’Propósito”. Pelo segundo ano consecutivo, esta iniciativa cria espaços de reflexão, partilha e desenvolvimento pessoal para os próprios voluntários, porque para cuidar bem dos outros, é preciso cuidar de quem cuida. Esta lógica, aparentemente simples, é na prática transformadora: reconhece que os voluntários também têm necessidades, também precisam de ser ouvidos e apoiados.

O reconhecimento internacional desta boa prática levou à realização de um *Webinar* Internacional, a 30 de abril, com organizações de vários países europeus. A Maia não recebe apenas distinções, exporta metodologias.

Neste mesmo espírito, o Compromissum, em parceria com o “Programa Humaniza” da Santa Casa da Misericórdia do Porto, promoveu duas sessões da “Chave de Afetos” que merecem destaque. A 8 de maio, a formação dedicada ao tema “Luto no Voluntariado” preparou os voluntários para lidar com situações de perda no contexto da sua ação, dotando-os de ferramentas emocionais e estratégias de apoio para um acompanhamento mais consciente e humanizado. A 11 de maio, em parceria com a Polícia Municipal da Maia, a sessão “Mais Segurança, Menos Risco: Combater Burlas” focou-se na prevenção de situações de burla junto da população idosa, capacitando os voluntários para uma intervenção mais informada e responsável. Dois momentos distintos, unidos pela mesma convicção: um voluntariado mais preparado é um voluntariado mais humano.

#### As novas gerações como protagonistas

Ao longo destes meses, a aposta na juventude foi constante e deliberada. O Compromissum marcou presença na Mostra de Voluntariado da Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, aproximando jovens universitários das oportunidades de participação cívica existentes no território. E esteve também em diversas Escolas Básicas e Secundárias com momentos de reflexão sobre cidadania democrática, responsabilidade social e voluntariado.

Mas o envolvimento das gerações mais jovens começa ainda mais cedo. Em abril, no Fórum da Maia, foram apresentados os 35 projetos de voluntariado desenvolvidos pelas 35 escolas básicas do concelho, no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular. Trinta e cinco escolas, trinta e cinco projetos, centenas de crianças que aprenderam, na prática, que é possível fazer a diferença na comunidade onde crescem. A Maia está a formar futuros cidadãos, e está a fazê-lo desde os primeiros anos de escolaridade.

#### Combater a solidão, aproximar gerações

O projeto “Sonhar100Reticências” nasceu durante a pandemia para responder a um problema que a pandemia não criou, apenas tornou visível: a solidão da população sénior. Através de chamadas telefónicas regulares realizadas por voluntários, o projeto cria laços com pessoas idosas de Moreira da Maia que vivem sozinhas. Uma conversa, uma escuta atenta, um simples telefonema, às vezes é o suficiente para que alguém se sinta menos só. É precisamente este projeto que representa o fio invisível que une todo o trabalho desenvolvido este ano: a convicção de que a presença importa.

Paralelamente, o investimento na formação dos voluntários garantiu que essa presença seja também segura e qualificada. Em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação da Maia e com a Santa Casa da Misericórdia do Porto, o Compromissum promoveu ações de formação em primeiros socorros para voluntários que acompanham pessoas idosas em situação de isolamento.

#### Parcerias que multiplicam o impacto

A Capital Europeia do Voluntariado tem sido também uma oportunidade para estreitar a relação com o setor empresarial. O encontro entre o Compromissum, a *Stellantis*



*Shared Services* Portugal e a SONAE abriu caminho a novas formas de colaboração no domínio do voluntariado corporativo, confirmando que a construção de comunidades mais inclusivas exige o envolvimento de todos os setores da sociedade, e que as empresas têm um papel ativo e insubstituível nesse processo.

#### O momento em que a Europa veio à Maia

Entre 27 e 29 de maio, a Maia foi literalmente o centro do debate europeu sobre voluntariado. O Congresso da Primavera do Centro Europeu do Voluntariado, organizado em conjunto pelo Município e pelo CEV, trouxe ao concelho representantes de vários países, especialistas, investigadores e dirigentes associativos. Durante três dias de conferências, workshops, mesas-redondas e visitas de estudo, discutiram-se os grandes temas do voluntariado contemporâneo: a resiliência das comunidades, a proteção dos voluntários, a solidariedade intergeracional, a inovação social. As associações locais abriram as portas aos participantes internacionais e mostraram, no terreno, a riqueza da rede social maiata. O congresso confirmou a capacidade da Maia para acolher eventos internacionais de referência, e consolidou o seu posicionamento como laboratório europeu de participação cidadã.

#### O que ainda está para vir

O ano de 2026 não terminou, e o melhor pode ainda estar por acontecer. Para os dias 25 e 26 de setembro está marcada, na Quinta dos Cónegos, a I Feira do Voluntariado da Maia, um encontro aberto a todos, entre instituições, voluntários, empresas e projetos sociais. Mais do que uma exposição de iniciativas, a Feira será um espaço de encontro, inspiração e partilha: uma oportunidade para conhecer

o trabalho desenvolvido no concelho e para descobrir, lado a lado, o que se faz no voluntariado a nível nacional e europeu. Um palco onde experiências, modelos e visões se cruzam, e onde cada participante pode encontrar novas formas de se envolver e celebrar o voluntariado. Num ano tão especial, será também o momento de olhar para a frente e perguntar: e agora, o que construímos a partir daqui?

#### Um modo de ser chamado solidariedade

Capital Europeia do Voluntariado é muito mais do que um título honorífico. É um espelho. Reflete o que uma comunidade é quando decide ser mais do que a soma das suas partes, quando cidadãos, associações, escolas, empresas e autarquia caminham na mesma direção.

A Maia tem mostrado que o voluntariado não é uma atividade reservada a alguns. É um espaço aberto a todos os que desejam contribuir para uma sociedade mais justa, mais inclusiva e mais humana. E que a solidariedade, quando praticada com regularidade, deixa de ser um gesto extraordinário para se tornar aquilo que verdadeiramente é: uma segunda natureza. A segunda natureza de uma comunidade que escolheu não olhar para o lado.

Por isso, em 2026, a Maia não é apenas uma Capital Europeia do Voluntariado. É um exemplo vivo de como a participação de cada um pode transformar a vida de todos. É, verdadeiramente, o coração do voluntariado europeu.

Equipa Municipal do Centro de Voluntariado da Maia

(\*) Doutorada em Ciências do Desporto, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude

(\*\*) Licenciada em Psicologia, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social

(\*\*\*) Licenciada em Sociologia, Técnica Superior da Divisão de Desenvolvimento Social



“Li uma vez e não me sai da cabeça um texto da escritora Clarice Lispector sobre esse imprevisto que salva a vida: ela chama-lhe acertadamente o "ato gratuito". Talvez se deva começar por explicar aquilo que o "ato gratuito" não é. Ele não é mais uma estação da ofegante luta pela vida que quotidianamente nos traz mobilizados. Ele não é a necessária corrida ao trabalho, aos bens, ao consumo, aos horários implacáveis, aos transportes que não dormem.

Nem se pode identificar sequer com os pequenos prazeres que nos damos, os lazeres, as viagens programadas, as recompensas disto e daquilo. O "ato gratuito" não tem preço: por definição, não se compra nem se paga.

É sempre uma sede de liberdade que nos acorda para o gratuito. E não uma liberdade disto e daquilo. Eu diria: é antes, uma pura liberdade de ser, de sentir-se vivo; uma expansão da alma, não condicionada pela avareza das convenções; uma urgência não de dons, mas de dom.”

José Tolentino de Mendonça, Poeta e Teólogo, Cardeal Prefeito do Dicastério para a Cultura e a Educação, na Cúria Romana.